



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 043/2023
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL - EXCLUSIVO PARA ME/EPP
PROCESSO DIGITAL Nº 14/2023 – PROTOCOLO Nº 16/2023

A **Prefeitura Municipal de Iúna-ES** torna público que realizará “Pregão Presencial”, sob o critério “menor preço” para **Contratação de empresa para ministrar oficinas musicais (percussão rudimentar), arte e dança coreográfica para alunos da Rede de Ensino de Educação dessa municipalidade**, conforme Processo Digital nº 14/2023 devidamente aprovado pelo Sr. Prefeito Municipal. O certame será realizado pela Pregoeira Municipal e sua Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 149/2023, e será regido pela Lei nº 10.520/2002, Lei complementar nº 123/2006 e alterações, Lei nº 8.666/93 e Lei municipal nº 2.123/2008, bem como por demais normas de direito público aplicáveis e pelas regras previstas neste Edital e respectivos anexos, que o integram.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O pregão presencial será realizado em sessão pública, na sala de reuniões de licitações, localizada no primeiro andar do edifício sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Desembargador Epaminondas do Amaral, nº 58, Centro, Iúna-ES, CEP 29.390-000, e os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira, assistido pela Equipe de Apoio.

1.2. Serão observadas as seguintes datas e horários para os procedimentos, que seguirão o horário de Brasília:

1.2.1. Início do credenciamento dos fornecedores: 08h10min do dia 10 de agosto de 2023;

1.2.2. Término do prazo para o credenciamento e entrega dos envelopes contendo a proposta de preços e documentos de habilitação: 09h;

1.2.3. Momento de abertura dos envelopes de propostas: 09h;

1.2.4. Início da etapa de lances: 10h.

1.3. Depois do horário referido no subitem 1.2.3, não se admitirá, sob nenhuma hipótese, a apresentação de envelopes por novos licitantes.



1.4. Caso a sessão pública não se encerre até as 18 horas, a critério da Pregoeira, o ato poderá ser suspenso e retomado na primeira ocasião disponível, cientificados os licitantes presentes.

1.5. Os envelopes de proposta e habilitação devem ser autônomos, a serem entregues separadamente a Pregoeira, e, ainda, devem estar lacrados, rubricados, e conter na parte externa, além da identificação completa do licitante os seguintes dizeres: "Prefeitura Municipal de Iúna – Licitação nº 043/2023 - Pregão Presencial, Envelope 1 – PROPOSTA"; e "Prefeitura Municipal de Iúna – Licitação nº 043/2023 - Pregão Presencial, Envelope 2 – HABILITAÇÃO".

1.5.1. Caso queira, o licitante poderá utilizar o seguinte modelo de etiqueta:

RAZÃO SOCIAL: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
CNPJ: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Prefeitura Municipal de Iúna
LICITAÇÃO Nº 043/2023 - PREGÃO PRESENCIAL
Envelope nº 001 – PROPOSTA

RAZÃO SOCIAL: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
CNPJ: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Prefeitura Municipal de Iúna
LICITAÇÃO Nº 043/2023 - PREGÃO PRESENCIAL
Envelope nº 002 – HABILITAÇÃO

1.5.2. Os envelopes podem ser remetidos por meio postal, situação em que além dos envelopes de proposta e habilitação deve ser enviado envelope com o rótulo "DECLARAÇÃO" contendo a documentação referida nos itens 5.5, 5,6 (se microempresa ou empresa de pequeno porte) e 5.7 (se microempresa ou empresa de pequeno porte que não ostente regularidade fiscal e/ou trabalhista);

1.5.2.1. No caso do item 1.5.2, sugere-se que os três envelopes (de propostas, habilitação e declaração), devidamente separados, sejam encaminhados dentro de invólucro único, maior, a ser endereçado à Prefeitura Municipal, aos cuidados da Pregoeira, informando o número do pregão, data e horário.

1.6. Ressalvados os documentos a serem elaborados e firmados pelo próprio licitante, todos os demais necessários à participação no certame podem ser apresentados em versão original, por cópia autenticada por tabelião de notas, publicação em Órgão de Imprensa Oficial ou, ainda, por cópia simples. Os documentos poderão ser autenticados por servidor da Administração mediante apresentação do original para conferência, desde que seja solicitada até o último dia útil antes da abertura dos envelopes.



1.6.1. Será admitida a entrega de documentos na modalidade cópia simples e, em caso de dúvida quanto à veracidade das informações apresentadas, o órgão condutor do certame promoverá as diligências necessárias para esclarecer ou complementar a instrução do processo.

1.6.2. Será aceito documento assinado digitalmente com certificado digital, devendo a assinatura ser criptografada de forma a permitir a confirmação da sua validade e autenticidade durante a sessão de julgamento (código para verificação).

1.6.2.1. Caso a assinatura digital não permita a conferência on-line via código de verificação, será admitida a entrega em mídia digital (CD, pendrive ou e-mail), do arquivo devidamente assinado eletronicamente, com o objetivo de confirmar a autenticidade da assinatura durante a sessão de julgamento.

1.6.3. A validade de certidões obtidas na *internet* será confirmada pela Pregoeira no momento adequado da sessão de julgamento.

1.6.4. Para as certidões/documentos que não expressem os respectivos prazos de validade, reputar-se-ão válidas por sessenta dias, contados de sua emissão, salvo disposição expressa em sentido contrário neste Edital.

1.6.5. A aceitação de documentos oriundos de sítio eletrônico fica condicionada à possibilidade de verificação de sua autenticidade por meio eletrônico.

1.7. Na falta de declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso, poderá o representante credenciado firmar na sessão, perante a pregoeira.

1.8. Pedidos de esclarecimento e consultas podem ser formulados até dois dias úteis anteriores à data referida no item 1.2 e deverão ser encaminhados por meio eletrônico (licitacao@iuna.es.gov.br), *telefone* (28-3454-4754) ou, ainda, ser feitos pessoalmente junto a Pregoeira, em dias úteis, das 08h às 11h e de 13h às 17h.

1.8.1. Na consulta, deve-se fazer referência ao número do presente Edital.

1.9. As despesas decorrentes deste certame correrão pela dotação orçamentária



160001.1236500102.096.33903900000 – Ficha 481,
160001.1236100102.094.33903900000 – Ficha 463.

2. OBJETO DO CERTAME:

2.1. O presente certame visa a **Contratação de empresa para ministrar oficinas musicais (percussão rudimentar), arte e dança coreográfica para alunos da Rede de Ensino de Educação dessa municipalidade**, de acordo com as características, condições e quantitativos estabelecidos no anexo 1 deste Edital;

2.2. As condições gerais da contratação, como prazos, forma de execução e pagamento, dentre outras, estão previstas no contrato (anexo 10).

2.3. A participação fica restrita às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, assim caracterizadas nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 27 da Lei Geral Municipal nº 2.123/2008, tendo em vista o cumprimento do disposto no art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, Lei Municipal nº 2.123/2008 e ao Decreto Municipal nº 009/2017.

3. VIGÊNCIA DO CONTRATO E VALIDADE DAS PROPOSTAS:

3.1. O contrato vigorará por 12 (doze) meses contados a partir do dia da publicação resumida de seu instrumento na imprensa oficial do Estado, podendo ser prorrogado de acordo com a Lei 8.666/93.

3.1.1. A critério da Administração, o contrato poderá ter sua vigência prorrogada mediante justificativa aprovada pela autoridade superior.

3.2. As propostas vencedoras vincularão os respectivos proponentes pelo período de 90 (noventa) dias contados da data de abertura das propostas de preços.

4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:



4.1. A participação no presente certame depende do preenchimento de todas as condições previstas neste Edital, incluídos seus anexos, bem como na legislação pertinente.

4.2. Não podem participar do certame interessados que se enquadrem em ao menos uma dessas situações:

4.2.1. Estejam constituídas na forma de consórcio;

4.2.2. Estejam cumprindo as sanções previstas no art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93 ou art. 7.º da Lei 10.520/2002 aplicadas por qualquer ente da Administração Pública direta ou indireta;

4.2.3. Estejam cumprindo a pena prevista no art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, imposta pela Prefeitura Municipal de Iúna ou por qualquer outro ente da Administração Pública direta ou indireta;

4.2.4. Estejam sob falência, dissolução ou liquidação;

4.2.5. Não cumpram o disposto no art. 7.º, inciso XXXIII, da Constituição da República;

4.2.6. Estejam enquadradas nas situações previstas nos incisos do art. 9.º da Lei nº 8.666/93 ou no art. 90 da Lei Orgânica Municipal, em especial:

4.2.6.1. Que seja ou tenha em seus quadros societários ou como dirigente, administrador ou gerente servidor municipal efetivo, contratado, comissionado, eletivo ou temporário;

4.2.7. Não cumpram os requisitos de habilitação.

4.3. Somente poderão participar do certame, nos termos do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 21 da Lei Geral Municipal nº 2.123/2008, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte assim caracterizadas nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 27 da Lei Geral Municipal nº 1.123/2008.

4.4. A participação neste certame – que se dá mediante apresentação dos envelopes pertinentes –, implica ciência e concordância do interessado com todos os termos do Edital, inclusive as condições traçadas para a futura execução da contratação. Qualquer ressalva levantada pelo licitante levará a sua inabilitação ou desclassificação, a depender do caso.

4.5. A empresa licitante deverá ter em seu CNAE e/ou no seu contrato social, atividade compatível ou similar com o objeto licitado.



5. CREDENCIAMENTO:

5.1. O licitante que tiver interesse em participar da fase de lances ou, eventualmente, interpor recurso deverá promover o credenciamento de pessoa para representá-lo na sessão pública.

5.1.1. A não realização de credenciamento implicará a renúncia ao direito de participar da etapa de lances orais, bem como de manifestar interesse recursal.

5.1.2. O credenciamento ocorrerá na data, horário e local referidos no item 1.

5.2. O **credenciamento** dependerá da apresentação dos seguintes documentos:

5.2.1. Registro comercial, no caso de empresário individual;

5.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus termos aditivos ou contrato consolidado em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores. Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

5.2.3. Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a diretoria em exercício;

5.2.4. Decreto de autorização, caso se trate de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.2.5. Certificado da condição de Microempreendedor Individual, em se tratando de MEI;

5.2.6. Documento oficial com foto do sócio administrador da empresa.

5.2.7. Carta de credenciamento ou procuração- com firma reconhecida / dispensado o reconhecimento de firma no caso de assinatura digital.



5.2.8. Documento oficial com foto do credenciado / procurador.

5.2.9. Declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e de relação de parentesco (anexo 4).

5.2.10. Declaração de enquadramento de ME/EPP - (anexo 6).

5.2.11. Comprovação de enquadramento de ME/EPP.

5.3. Caso o sujeito a ser credenciado seja sócio com poderes de administração ou diretor (ou denominação equivalente) devidamente designado no ato constitutivo de "licitante pessoa jurídica" ou em ata de eleição ou, ainda, se o sujeito a ser credenciado for o próprio "licitante pessoa física" (empresário individual ou não, quando admitidos), o credenciamento depende da apresentação de documentos de habilitação jurídica (item 7.2).

5.3.1. Caso o sujeito a ser credenciado não se enquadre na situação do item 5.3, além da documentação lá referida, é preciso que se apresente carta de credenciamento ou procuração (uma ou outra, com firma reconhecida) que confira ao representante poderes para agir em nome do licitante, inclusive para oferecer lances orais de preços, firmar declarações, desistir, renunciar ou manifestar interesse recursal, assinar a ata e praticar todos os demais atos necessários à participação do certame em nome do licitante.

5.3.2. Tanto na situação do item 5.3 quanto na do item 5.3.1, o sujeito credenciado deve apresentar a Pregoeira documento oficial com foto que dê condições de aferir sua identidade.

5.3.3. Cada representante legal/credenciado deverá representar apenas uma empresa licitante.

5.4. Os documentos de habilitação jurídica apresentados para fins de credenciamento não precisam ser novamente encaminhados no envelope de habilitação.

5.4.1. O licitante que não credenciar representante deverá encaminhar seus documentos de habilitação jurídica no envelope de habilitação.



5.5. Feito o credenciamento, o representante do licitante apresentará declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e de relação de parentesco (anexo 4).

5.5.1. Caso o credenciado não traga consigo a declaração previamente redigida, poderá ele firmá-la na sessão, perante a Pregoeira.

5.5.2. Caso o licitante não credencie representante, a declaração de que trata o item 5.5 deverá ser apresentada em envelope autônomo denominado "declaração", distinto dos de proposta e habilitação.

5.5.3. A não apresentação da declaração ou a recusa em fazê-lo implicará inabilitação precoce do licitante.

5.5.4. O licitante deverá informar, na forma do anexo 4, eventual relação matrimonial, de união estável ou de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, entre o próprio licitante (se pessoa natural), seus sócios, dirigentes, administradores ou gerentes, com qualquer servidor público do Município de Iúna ocupante de cargo eletivo, comissionado, efetivo, temporário ou contratado.

5.5.5. A existência da relação prevista no item 5.5.4 não impede a participação do licitante no certame, porém deve ser informada para fins de controle.

5.5.6. Caso haja o vínculo referido no item 5.5.4, promover-se-á, logo que possível, a disponibilização de tal informação no *site* da Prefeitura Municipal de Iúna (www.iuna.es.gov.br), no *link* pertinente à presente licitação, franqueado o acesso público.

5.5.7. Se o vínculo de parentesco, união estável ou matrimônio estiver estabelecido com membro da equipe de apoio, o servidor se afastará dos trabalhos de assessoramento assim que descoberto o fato, o que deverá constar nos autos. Se o vínculo for com a Pregoeira, além de seu afastamento e substituição imediata, a adjudicação caberá necessariamente a pregoeira substituta, salvo se houver recurso.

5.5.8. A omissão de eventual relação prevista no item 5.5.4 levará à aplicação ao licitante de multa de 0,5% (meio por cento) do valor final de sua proposta e, se caracterizada má-fé, impedimento de licitar e contratar com o Município de Iúna pelo prazo de até cinco anos.



5.6. As microempresas e empresas de pequeno deverão comprovar sua condição no momento do credenciamento, e o farão por meio de declaração de que não paira sobre o licitante nenhum dos impedimentos previstos no § 4.º do art. 3.º da Lei complementar nº 123/2006 (anexo 6) e ainda, comprovação de que se enquadra nos limites estabelecidos pelos incisos I e II do caput do art. 3º desta mesma lei.

5.6.1. Caso o credenciado não traga consigo a declaração do item 5.6, poderá ele firmá-la na sessão, perante a Pregoeira.

5.6.2. Caso a empresa não apresente a comprovação de que se enquadra nos limites estabelecidos pelos incisos I e II do caput do art. 3º Lei complementar nº 123/2006 (atualizada), poderá a pregoeira fazer diligência junto a sites oficiais a fim de comprovar tal situação.

5.7. Caso o licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte não goze de regularidade fiscal e/ou trabalhista por ocasião da apresentação do envelope de habilitação, a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação deve ser feita, porém consignando-se a ressalva a respeito da regularidade fiscal e/ou trabalhista e, ainda, o compromisso de que, caso se sagre vencedor, providenciará a regularização de que trata o § 1.º do art. 43 da Lei complementar nº 123/2006, no prazo lá estipulado, sob pena de, se não o fizer, sofrer as consequências cominadas no § 2.º do mesmo dispositivo (anexo 7).

5.8. Mesmo o licitante enquadrado na situação do item 5.7 deverá apresentar toda a documentação necessária à sua habilitação no envelope pertinente (envelope 2 – Habilitação), inclusive a que consigna sua irregularidade fiscal e/ou trabalhista.

5.9. A comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte (item 5.6) e a declaração de preenchimento dos requisitos de habilitação (item 5.5) ou a declaração de preenchimento dos requisitos de habilitação salvo à regularidade fiscal e/ou trabalhista (item 5.7) devem ser apresentadas por ocasião do credenciamento na forma do item 5.5;

5.10. Caso a microempresa e empresa de pequeno porte não se credencie, a documentação referida no item 5.9 deverá ser apresentada automaticamente, fora dos envelopes de proposta e habilitação, preferencialmente dentro do envelope DECLARAÇÃO, de que trata o item 1.5.2;



6. PROPOSTAS:

6.1. A proposta será apresentada no “envelope 1 – Proposta” a ser formulada conforme modelo proposta automática (arquivo PCA da E&L), item 6.8, ou modelo referido no anexo 2 em uma via, digitada ou datilografada, que contenha a identificação do licitante (Razão Social e CNPJ), datada, assinada e se possível carimbada por seu representante legal, sem emendas, rasuras ou entrelinhas.

6.1.1. A proposta consignará, ainda, o seguinte:

I – Discriminação do objeto ofertado conforme especificações e condições previstas no anexo 1;

II – a validade da proposta e a dos preços registrados - **[prazo mínimo de validade da proposta é de 90 dias];**

III – quantidade equivalente ao máximo estimado e preço unitário para cada um dos lotes a que pretende concorrer, vedada a oferta de quantidade inferior por lote, devendo o preço unitário e global serem cotados em Real com utilização de até duas casas decimais após a vírgula (R\$X,XX), que também deverá vir redigido por extenso.

6.1.2. As propostas feitas no programa automático da E&L estão dispensadas do valor redigido por extenso.

6.1.3. Em eventual divergência entre a indicação numérica do preço e sua referência por extenso, prevalecerá este último.

6.1.4. Também é obrigatória a indicação na proposta do endereço físico, endereço eletrônico (*e-mail*) e telefone. Tais dados serão utilizados pela Administração para realização de comunicações destinadas ao licitante/contratado.

6.1.4.1. Para a assinatura do contrato, empresa deverá informar número de conta corrente e agência para efeito de pagamento.

6.2. O preço ofertado incluirá todos os custos inerentes à contratação, dentre eles os encargos sociais, impostos, taxas, seguros, licenças, hospedagens, fretes, mão de obra e outros custos relacionados aos serviços. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todos os serviços. Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada, sob qualquer pretexto.



- 6.3. A proposta que não atender as regras deste Edital e a legislação pertinente será desclassificada.
- 6.4. Não será considerada nenhuma oferta ou vantagem baseada nas propostas dos demais licitantes ou não previstas neste edital.
- 6.5. As propostas terão que trazer as expressões contidas no Anexo 1 - B, não usando sinônimos técnicos ou omissões referentes à especificação do objeto.
- 6.6. Não serão aceitas propostas parciais (quantidade inferior) com relação a cada lote ou item.
- 6.7. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços incompatíveis com os critérios apontados no Art. 48, II, da Lei nº 8.666/93, bem como as que consignem preços superiores àqueles praticados no mercado.
- 6.7.1. O juízo acerca da aceitabilidade do melhor preço será feito depois de encerrada a etapa de lances.
- 6.8. O licitante poderá apresentar 'proposta automática' gerada pelo programa da E&L, gravada em CD-ROM ou pendrive. A mídia digital deve ser apresentada dentro do 'Envelope 1 – Proposta' juntamente com a proposta impressa. A proposta impressa deverá ser a gerada pelo programa (proposta automática). – item 6.8 facultativo.
- 6.8.1. O arquivo da proposta automática será fornecido pelo setor de licitação através de requerimento via e-mail constando os dados da empresa que irá participar do certame.
- 6.9. O critério de julgamento será: De "menor preço global do lote".
- 6.9.1. O lote será julgado primeiramente por preço global do lote, e em seguida negociados item a item do lote, observado o orçamento estimado como parâmetro de preços.
- 6.10. O licitante deve indicar o preço unitário e total de cada item inserido no lote a que pretende concorrer.
- 6.11. Independentemente do critério de julgamento, a pregoeira analisará a aceitabilidade tanto do preço global do lote quanto dos preços unitários dos itens como condição para o acolhimento final da proposta.

7. HABILITAÇÃO:



7.1. A habilitação dos licitantes depende da apresentação, no “envelope 2 – Habilitação”, da documentação referida nos itens seguintes, que digam respeito às respectivas realidades organizacionais.

7.2. **Habilitação jurídica:**

7.2.1. A **habilitação jurídica** dependerá da apresentação de:

7.2.1.1. Registro comercial, no caso de empresário individual;

7.2.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus termos aditivos ou contrato consolidado em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores. Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

7.2.1.3. Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a diretoria em exercício;

7.2.1.4. Decreto de autorização, caso se trate de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2.1.5. Certificado da condição de Microempreendedor Individual, em se tratando de MEI;

7.2.1.6. Documento oficial com foto do sócio administrador da empresa.

7.2.2. Caso a documentação referida no item 7.2.1 tenha sido apresentada para fins de credenciamento, não é preciso incluí-la no “envelope 2 – Habilitação”.

7.3. A **Qualificação econômico-financeira** depende da apresentação de certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da Comarca em que estiver sediado o licitante.



7.3.1. Caso o objeto do contrato venha a ser executado por filial, deve-se também apresentar a certidão negativa de falência ou concordata em seu favor, sem prejuízo da relativa à matriz.

7.4. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

7.4.1. A **Regularidade fiscal e trabalhista** depende da apresentação dos seguintes documentos:

7.4.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.4.1.2. Certidão de Regularidade de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, emitida pelo Ministério da Fazenda / Procuradoria da Fazenda Nacional / Secretaria da Receita Federal do Brasil;

7.4.1.3. Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

7.4.1.4. Certidão de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

7.4.1.5. Certificado de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, expedida pela Caixa Econômica Federal – Lei nº 8.036, de 11/05/90, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por lei, ou prova de garantia do juízo de valor suficiente para pagamento do débito, quando em litígio;

7.4.1.6. Certidão negativa de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

7.4.2. As certidões de que trata o item 7.5.1 deverão se referir ao mesmo CNPJ exposto na proposta do licitante.

7.4.3. Caso o objeto do contrato venha a ser executado por filial, deve-se também apresentar as certidões referidas no item 7.5.1 em seu favor, sem prejuízo das relativas à matriz.

7.4.4. Aos licitantes enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte que não gozem de regularidade fiscal e/ou trabalhista será facultada a regularização na forma do § 1.º do art. 43 da Lei complementar nº 123/2006 atualizada.



7.4.5. A não-regularização da documentação no prazo previsto no item anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

7.5. A habilitação do licitante depende da apresentação de declaração de que cumpre o **inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição da República** (anexo 5).

7.6. A **qualificação técnica** depende da apresentação do seguinte documento:

7.6.1. Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público, que comprove ter a Empresa licitante desempenhado serviços similares ou superiores ao objeto da presente licitação, em conformidade com serviço cotado, com nome legível do representante legal da empresa ou órgão público em papel timbrado do emitente e em papel com carimbo do CNPJ.

7.7. O licitante poderá deixar de apresentar parte dos documentos de habilitação se tiver Certificado de Registro Cadastral (CRC), expedido na forma do anexo 8, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes. – Item facultativo -

7.7.1. Os documentos referidos no CRC, desde que dentro dos respectivos prazos de validade, não precisam ser reapresentados no “envelope 2 – Habilitação”.

7.7.2. Os documentos não referidos no CRC do licitante que sejam necessários para a habilitação nesta licitação – ou que, apesar de referidos, estejam vencidos – devem ser apresentados dentro do “envelope 2 – Habilitação”.

7.7.3. O licitante que quiser utilizar o CRC deverá apresentá-lo no “envelope 2 – Habilitação” acompanhado de declaração de inexistência de fato superveniente à expedição do CRC que impeça sua participação no certame (anexo 9) e, ainda, a documentação a que se refere o item 7.7.2.

7.8. A apresentação de CRC não exime o licitante que queira credenciar representante de cumprir fielmente os trâmites previstos nos itens 5.3, 5.3.1 e 5.3.2, incluída a apresentação dos documentos lá exigidos.



7.9. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos requeridos neste edital e em seus anexos.

7.10. Como condição para a celebração do contrato a empresa deverá apresentar:

7.10.1. O (s) instrutor (es) musicais da Empresa contratada, deverá (ão) possuir atestado de capacidade técnica, para regência de Bandas e Declaração de regência em órgão público em Serviço de ensino Musical.

7.10.2. O (s) instrutor (es) de dança coreográfica deverá (ão) ter experiência na área coreográfica. E também curso em Expressão corporal, ou curso similar como: Interpretação teatral ou dança rítmica.

7.10.3. Atestado de capacidade técnica do Instrutor em Instrumentação Rudimentar, expedido por órgão ou instituto de Ensino público ou privado; com nome legível do representante legal do órgão, em papel timbrado do emitente em papel com carimbo do CNPJ.

7.10.4. Atestado de capacitação técnica para manejo Instrumental Rudimentar, expedido pela Liga Capixaba de Bandas e Fanfarras; ou da Federação do Estado da Empresa Sede, com nome legível do representante legal da empresa ou órgão público em papel timbrado do emitente ou em papel sem timbre com carimbo do CNPJ.

7.10.5. Atestado de curso de manuseio de instrumental rudimentar através de certificado expedido pela Federação Capixaba de Bandas e Fanfarra ou da Federação do Estado da Empresa Sede; com nome legível do representante legal do órgão, em papel timbrado do emitente em papel com carimbo do CNPJ.

7.10.6. Certificado ou atestado, de curso de capacitação de ensino teórico e técnico para Bandas e Fanfarras com nome legível do representante legal do órgão público, privado ou autarquia, em papel timbrado do emitente em papel com carimbo do CNPJ.

7.10.7. Certificado ou atestado, de que o Instrutor desempenhou função em Oficinas de Educação Infantil Musical com nome legível do representante legal do órgão público, privado ou autarquia, em papel timbrado do emitente em papel com carimbo do CNPJ.



7.10.8. Declaração de que o instrutor de dança coreográfica, já tenha experiência na área coreográfica, com nome legível do representante legal do órgão público em papel timbrado do emitente.

7.10.9. Declaração ou certificado de curso na Área Expressão Corporal ou interpretação teatral. certificado este com nome legível do representante legal do órgão público em papel timbrado do emitente.

7.10.10. Certificado ou atestado, de que o Instrutor desempenhou função em Oficinas de Arte e dança Coreografica com Público Infantil com nome legível do representante legal do órgão público, privado ou autarquia, em papel timbrado do emitente em papel com carimbo do CNPJ.

7.10.11. Comprovação através de contratos de trabalho de prestação de serviços, do vínculo dos seus instrutores das Oficinas com a empresa.

8. PREPARATIVOS E PROCEDIMENTO DA SESSÃO PÚBLICA:

8.1. No local, data e hora designados nos itens 1.1 e 1.2, far-se-á o credenciamento na forma prevista no item 5 e respectivos subitens.

8.1.1. A pregoeira abrirá nesse momento o envelope que contém a declaração de que trata o item 5.5.2 remetido pelos licitantes que não credenciaram representante.

8.1.2. Os licitantes que não apresentem a declaração referida no item 5.5, nem pessoalmente, nem em envelope, serão inabilitados nesse momento.

8.2. A Pregoeira identificará publicamente os licitantes que, credenciados, comprovaram sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.3. Ultrapassada a fase de credenciamento, a Pregoeira, na hora designada, receberá os envelopes de proposta e habilitação, e, a partir desse momento, não serão admitidos novos licitantes.



8.3.1. O licitante é responsável pelas informações e documentações apresentadas, sendo motivo de desclassificação ou inabilitação, dentre outros, a apresentação de quaisquer dados ou documentos falsos. A desclassificação ou inabilitação poderá ocorrer em qualquer fase se porventura a Pregoeira vier a tomar conhecimento de fatos que contrariem as disposições contidas neste Edital ou que desabonem a idoneidade do licitante, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8.4. Abertos os envelopes de propostas (envelope 1 – Proposta), a Pregoeira analisará preliminar e provisoriamente os requisitos de aceitabilidade e as ordenará em ordem crescente com base no critério de julgamento.

8.4.1. Serão corrigidos pela Pregoeira eventuais erros evidentes de cálculo.

8.4.2. A falta, na proposta, de data, valor por extenso, rubrica, assinatura, indicação de endereço, físico ou virtual, validade e/ou telefone poderá ser preenchida pelo sujeito credenciado pelo respectivo licitante, se houver, e desde que esteja presente na sessão.

8.4.3. A falta de CNPJ e/ou endereço poderá ser suprida pelos dados constantes na declaração de que trata o item 5.5.

8.5. Ordenadas as propostas, apenas o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela poderão fazer novos lances orais e sucessivos, até que se proclame o vencedor.

8.5.1. Caso não haja ao menos três ofertas nas condições definidas no item 8.5, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances orais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.5.2. A Pregoeira convidará individualmente os licitantes com as propostas admitidas à etapa de lances, sequencialmente, a apresentar lances orais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e, sucessivamente, os demais em ordem decrescente de valor.

8.5.3. Os valores dos lances deverão ser decrescentes e distintos.



8.5.4. A desistência em apresentar lance verbal, quando convidado pela Pregoeira, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances orais e a manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.5.5. A Pregoeira durante a sessão poderá estipular normas, procedimentos, prazos e demais condições que julgar necessárias para manter a ordem do certame.

8.5.6. Não poderá haver retratação ou desistência dos lances ofertados. Eventual descumprimento dessa regra sujeitará o proponente às penalidades pertinentes.

8.5.7. Caso o licitante tenha ofertado valor em algum item ou lote considerado irrisório, inexecutável ou outra circunstância que gere sua inaceitabilidade, causado por erro de cálculo, digitação ou durante a formulação da proposta e desde que isso fique comprovado na sessão, diante dos demais proponentes, o licitante poderá solicitar o cancelamento do lance, ficando a decisão a cargo da Pregoeira.

8.6. Definida a proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira decidirá motivadamente acerca de sua aceitabilidade.

8.6.1. Caso a definição da aceitabilidade da proposta dependa de informações que não possam ser obtidas durante a sessão como, por exemplo, parâmetro do preço atual de mercado, condições técnicas do produto, dentre outros, a Pregoeira suspenderá o ato e diligenciará pela solução da questão, no que poderá contar com auxílio de servidores ou terceiros, necessariamente isentos.

8.6.2. Caso a melhor proposta não seja classificada, proceder-se-á ao exame da aceitabilidade das propostas subsequentes, para o que, se preciso, poder-se-á utilizar do procedimento previsto no item 8.6.1.

8.7. Classificada a melhor proposta, a Pregoeira abrirá o envelope de habilitação do respectivo licitante.

8.7.1. Se o licitante que apresentou a melhor proposta classificável não for habilitado, abrir-se-á o envelope de habilitação do segundo colocado observado o item 8.6 e respectivos subitens, a fim de analisar os respectivos documentos.

8.7.2. O procedimento do item 8.7.1 se repetirá até que se identifique licitante que tenha formulado proposta aceitável e que tenha condições de ser habilitado, para que se defina o vencedor.



8.7.3. Tanto nos casos em que a melhor proposta não for aceitável em razão de elevação do preço quanto nas situações em que os demais licitantes são convidados, a Pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.8. Se, em lotes destinados à disputa exclusiva por microempresa ou empresa de pequeno porte, não se obtiver proposta aceitável apresentada por licitante que satisfaça os requisitos de habilitação, o edital será no ponto, republicado, abrindo a disputa para ampla concorrência, na forma do artigo 49 da Lei Complementar de nº 123/2006.

8.9. Declarado o vencedor, qualquer licitante que tenha representante credenciado poderá, na forma do item 9 e respectivos subitens, manifestar motivadamente a intenção de recorrer, sob pena de, se não o fizer, não mais poder exercer essa faculdade.

8.9.1. A Pregoeira dará aos licitantes a possibilidade de manifestar interesse recursal ao final da sessão.

8.10. Todos os atos relevantes praticados na sessão, seja pela Pregoeira, Equipe de Apoio, licitantes, ou eventuais terceiros, será inserida na ata, a ser lavrada ao final da sessão.

8.11. Depois de decididos os recursos, se houver, a autoridade responsável pelo certame o homologará e adjudicará o objeto respectivo ao vencedor. Se não houver recurso, a adjudicação do objeto será feita pela Pregoeira.

8.12. Homologada a licitação, será o licitante vencedor convocado para assinar o Contrato, dispondo o convocado de sete dias para fazê-lo, contados da convocação.

8.12.1. A Administração poderá, a seu critério, prorrogar o prazo previsto no item 8.12, por igual período, caso o licitante convocado assim requeira durante seu transcurso e exponha justo motivo para tanto.

8.13. A Pregoeira ou a autoridade competente poderá solicitar esclarecimentos e promover diligências, em qualquer momento e sempre que julgar necessário, mediante estipulação de prazo para cumprimento, destinados a elucidar ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente em qualquer dos envelopes.



8.14. Os envelopes de habilitação eventualmente não abertos ficarão em poder da Pregoeira pelo prazo de noventa dias, contados da homologação da licitação, e caberá aos respectivos licitantes retirá-los nos cinco dias posteriores a esse período, sob pena de, se não o fizer, serem os documentos inutilizados.

9. RECURSOS:

9.1. Dos atos praticados pela Pregoeira cabem os recursos previstos nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/1993.

9.2. A interposição de recurso depende da observância das seguintes regras:

9.2.1. O licitante interessado em interpor recurso deverá manifestar-se nesse sentido ainda na sessão pública, ocasião em que indicará especificadamente os atos contra que pretende recorrer;

9.2.2. Os recursos poderão ser apresentados no Setor de Protocolo, prédio da Prefeitura, ou enviados pelos serviços digitais/Governo Digital através do link: <https://iuna.essencialbpms.com.br/governo-digital.html#!/portal>, três dias seguintes ao encerramento da sessão, em petição dirigida a Pregoeira;

9.2.3. O recurso deve estar instruído com documentos que comprovem que seu subscritor tem poderes para se manifestar pelo licitante recorrente, salvo se já estiverem nos autos, bem como com eventuais elementos de prova necessários ao subsídio da tese recursal;

9.3. Não serão conhecidos recursos acerca de que o credenciado não tenha se manifestado adequadamente durante a sessão, cujas razões não sejam apresentadas ou o sejam intempestivamente, desacompanhados de documentos necessários à caracterização de poderes de seu subscritor, interpostos com intuito meramente protelatório ou outro meio diverso do adequado.

9.4. Os demais licitantes poderão apresentar suas contrarrazões nos três dias seguintes ao do término do prazo de que dispõe o recorrente para apresentar suas razões.

9.4.1. O prazo para interposição de contrarrazões corre independentemente de intimação.



9.5. Apresentado o recurso e decorrido o prazo para oposição de contrarrazões, a Pregoeira se manifestará, motivadamente, se o ato impugnado disser respeito a decisões de sua alçada. Caso o recurso diga respeito a ato de responsabilidade de outro servidor, a Pregoeira lhe remeterá os autos para viabilizar sua manifestação.

9.5.1. Cumprido o item 9.5, os autos seguirão à autoridade responsável pelo certame, que decidirá motivadamente pelo não conhecimento, conhecimento e, nesse caso, provimento ou não provimento do recurso.

9.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação exclusiva dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.7. Para efeito do disposto no § 5º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, ficam os autos desta licitação franqueados ao livre exame dos interessados.

10. IMPUGNAÇÃO:

10.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar, por escrito, o presente Edital de licitação, devendo protocolar o pedido até cinco dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes, caso em que a Administração julgará à impugnação em até 3 (três) dias úteis, salvo se o certame for suspenso.

10.2. Decairá do direito de impugnar o Edital o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes.

10.2.1. A impugnação tempestivamente apresentada pelo licitante não o impedirá de participar do certame.

10.3. A impugnação será endereçada a Pregoeira, a quem será imediatamente remetida logo depois de protocolada.

10.3.1. Os pedidos de impugnação poderão ser apresentados no Setor de Protocolo, prédio da Prefeitura, ou enviados pelos serviços digitais/Governo Digital através do link: <https://iuna.essencialbpms.com.br/governo-digital.html#!/portal;>



10.4. O conhecimento da impugnação está condicionado ao preenchimento dos mesmos requisitos necessário à admissão de recurso administrativo, que forem aplicáveis.

10.5. Oposta a impugnação, a Pregoeira decidirá fundamentadamente acerca de sua admissibilidade e, se conhecida, de seu teor e, para tanto, poderá, se necessário, consultar agentes municipais ou terceiros, necessariamente isentos.

10.5.1. As decisões da Pregoeira sobre a impugnação – seja pelo não conhecimento, ou, se conhecida, pelo acolhimento ou não acolhimento – dependem de ratificação pela autoridade superior.

10.5.2. O resultado e a resposta da pregoeira aos esclarecimentos e impugnações serão divulgados mediante publicação nas páginas web da Prefeitura Municipal de Iúna, no endereço www.iuna.es.gov.br, ficando as empresas interessadas em participar do certame, obrigadas a acessar o endereço para a obtenção das informações prestadas.

10.6. Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, caso em que será reaberto o prazo mínimo para entrega dos envelopes, exceto se a alteração não afetar a formulação das propostas.

11. SANÇÕES:

11.1. Aos licitantes que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem na execução do contrato, comportarem – se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem qualquer espécie de fraude, serão aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Pública Municipal:

11.1.1. Advertência;

11.1.2. Multa:

a) 0,33% por dia de atraso, na entrega do produto ou execução do serviço/fornecimento, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;



- b) 10% em caso da não entrega do produto, não execução do serviço/fornecimento ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
- c) de até 20% calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;
- d) Multa 1% por dia sobre o valor total dos lotes arrematados pelos licitantes, limitado a 15%, pelo não cumprimento do prazo de assinatura do contrato, calculada pela fórmula:

$$M = 0,01 \times C \times D$$

Onde:

M = Valor da Multa,

C = Valor do contrato

D = Número de dias de atraso

11.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos, quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

- a) não celebrar o contrato no prazo de sete dias corridos, contados do recebimento da convocação;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) não manter a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) cometer fraude fiscal;
- h) por prazo indeterminado, quando a empresa receber qualquer das multas previstas e não efetuar o pagamento.

11.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas por intermédio de processo administrativo.

11.2. Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.



11.3. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e implicará na aplicação de sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

11.4. Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. Este Edital deve ser interpretado de modo a propiciar a ampliação da competitividade e a obtenção de condições mais vantajosas de contratação para a Administração.

12.1.1. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

12.2. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará sua inabilitação ou desclassificação, a depender do caso, ou, se já assinado o contrato, sua rescisão, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

12.2.1. A aplicação do disposto no item 13.2, bem como a rescisão do contrato por outros motivos, autoriza a convocação dos demais licitantes, na ordem de classificação, observadas todas as condições de aceitabilidade de propostas e habilitação de licitantes.

12.3. Os atos referentes a este procedimento licitatório e às contratações que lhe forem decorrentes serão comunicados aos licitantes e aos contratados pelos meios referidos no item 6.1.4, ressalvadas as situações em que a Lei exige a publicação em órgão de imprensa oficial.



12.3.1. A eventual modificação de endereço, e-mail ou telefone obriga o contratado a informá-la à Administração, o que será feito mediante petição a ser protocolada na Prefeitura Municipal, em que se faça referência ao número deste processo e do contrato.

12.3.2. O não cumprimento do item 12.3.1. terá o condão de reputar válidas as comunicações remetidas ao endereço, e-mail, telefone ou fac-símile originalmente informados pelo contratado.

12.4. Na contagem dos prazos excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento.

12.4.1. Caso o vencimento coincida com fim de semana, feriado ou dia em que não houver expediente na Prefeitura, será ele prorrogado para o primeiro dia útil seguinte.

12.5. Por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, a Administração poderá revogar a licitação, ou anulá-la por ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que tal ato gere obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666/93.

12.5.1. A nulidade do procedimento licitatório induz a do contrato e das respectivas contratações, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 49, da Lei nº 8.666/93.

12.5.2. No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.6. Poderão ser convidados a colaborar com a Pregoeira, assessorando-a, quando necessário, profissionais de reconhecida competência técnica, não vinculados direta ou indiretamente a qualquer dos licitantes, bem como qualquer outro servidor desta Municipalidade.

12.7. Este Edital será regido pelas regras e princípios de direito público, pela Constituição da República, pela Lei nº 10.520/2002 e pela Lei nº 8.666/1993, pela Lei Complementar nº 123/2006 e atualizações, independente da transcrição, com disposições vigentes ao tempo da publicação deste ato. A pregoeira resolverá os casos omissos com base no ordenamento jurídico vigente.

12.8. O presente edital e seus anexos poderão ser alterados, pela Prefeitura Municipal de Iúna, antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como



adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das propostas e documentos de habilitação.

12.9. Cópia deste edital e seus anexos poderá ser obtida pelos interessados, no site www.iuna.es.gov.br e/ou através do e – mail: licitacao@iuna.es.gov.br.

12.10. A administração não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste edital, serão aquelas que estiverem rubricadas pela pregoeira, ou sua cópia fiel.

12.11. A solicitação de vistas ao processo licitatório deverá ser requerida, por intermédio de petição escrita dirigida ao Setor de Licitação e protocolada na Prefeitura Municipal de Iúna.

12.11.1. A realização de vistas ao processo licitatório ocorrerá imediatamente após a liberação da solicitação protocolada.

12.12. As sessões da licitação poderão ser transmitidas ao vivo pelo site do município. Desde já, ficam os licitantes cientes da exposição de sua imagem na internet, não podendo alegar desconhecimento ou negativa de divulgação da mídia.

12.13. Este Edital é integrado dos seguintes anexos:

12.13.1. Anexo 1 – A - Termo de Referência;

12.13.1.1. Anexo 1 – A - I - Modelo de relatório de fiscalização;

12.13.1.2. Anexo 1 – A - II – Modelo de notificação.

12.13.2. Anexo 1 – B – Lotes;

12.13.3. Anexo 2 – Modelo de Proposta;

12.13.4. Anexo 3 – Modelo de Carta de Credenciamento;

12.13.5. Anexo 4 – Modelo de Declaração de Preenchimento dos Requisitos de Habilitação e de Relação de Parentesco;



- 12.13.6. Anexo 5 – Modelo de Declaração de Cumprimento ao Art. 7.º, inciso XXXIII, da Constituição;
- 12.13.7. Anexo 6 – Modelo de Declaração de ausência de motivo que impeça ME/EPP de gozar dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006;
- 12.13.8. Anexo 7 – Modelo de Declaração de Preenchimento dos Requisitos de Habilitação, Ressalvada a Regularidade Fiscal e/ou trabalhista (para ME/EPP);
- 12.13.9. Anexo 8 – Condições para Expedição de Certificado de Registro Cadastral;
- 12.13.10. Anexo 9 – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente à expedição do CRC que Impeça a Participação no Certame;
- 12.13.11. Anexo 10 - Minuta do Contrato.
- 12.13.11.1. Anexo 10 – A – Termo de referência;
- 12.13.11.2. Anexo 10 – B – Preços contratados.

Iúna/ES, 26 de julho de 2023.

Tayane Martins Fonseca
Pregoeira



ANEXO 1 - A TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR OFICINAS MUSICAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROJETOS REALIZADOS PELO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) E CRAS.

Processo: 1443/2023

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo de Licitação: Menor Preço

Critério de Julgamento: Menor Preços Global

Sistema de Contratação: Contrato



1. SETOR LICITANTE

1.1. Secretaria Municipal de Educação e Esporte .

2. OBJETO

2.1. O objeto deste Termo de Referência é a contratação de pessoa jurídica no Ramo de Educação Musical para prestação de serviços na realização do projeto "OFICINAS Musical de Percussão Rudimentar, Melódica e arte Coreográfica", que desenvolverá atividades de Ensino Artístico Musical e Cultural à 50 AUNOS da Rede de Ensino de Educação do Município de Iúna-ES pelo período de 12 meses.

2.2. Contratação dos serviços para as Oficinas Musical de percussão Rudimentar, melódica e arte coreográfica consta também a inclusividade de Instrumentação própria à título de Comodata, como também os materiais pedagógicos, acessórios de Instrumentação, material para coreografia como: 20 mastros de alumínio de 1,5 metros, 10 bastões de alumínio com pontas emborrachadas para balizamento, 30 bandeiras flamuladas nas cores amarela e vermelha para anexo aos mastros, 10 airblades de fibra para manejo.

2.3. Coreográfico na cor branca medidas 1,0 m x 0,2 m, estrela airblasde de metal em forma hexagonal de 0,2mx0,5mx,05mx0,5m, estandarte em fibra para deslocamento frontal em fibra ou em madeira aveludada , nesse caso em cores pretas, reposição de peças, material de prática coreográfica e a manutenção dos Instrumentos Sinfônicos.

2.4. Descrição do serviço e material cedido à título de comodata para as oficinas incluso com os Instrutores:

LOTE 01 (ÚNICO) – EXCLUSIVO PARA ME/EPP				
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD
01	17650	OFICINAS DE MÚSICA – ARTE E DANÇA COREOGRÁFICA - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO MUSICAL PARA MINISTRAÇÃO DE OFICINAS DE MÚSICA (ARTE E DANÇA COREOGRÁFICA), CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA.	MÊS	12



02	17649	OFICINAS DE MÚSICA – PERCUSSÃO RUDIMENTAR - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO MUSICAL PARA MINISTRAÇÃO DE OFICINAS DE MÚSICA (PERCUSSÃO RUDIMENTAR), CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA.	MÊS	12
----	-------	---	-----	----

INSTRUMENTOS	UNID	QUANTIDADE
ESCALETAS SOPRANAS e ANDINAS	UNID	30
GLOKENSPIEL	UNID	25
CAIXA TENORES ARO DUPLO	UNID	10
BUMBOS MARCING	UNID	08
PRATOS MARTELADOS	PARES	04
GLOKENSPIEL SINFÔN	UNID	01
TRITON INFANTIL	UNID	02
QUINTETO	UNID	03
VIBRAFONE SINFÔNICO	UNID	01
BUMBO SINFÔNICO	UNID	01

01	UNID	ESCALETAS MELÓDICAS Semi- profissional. Com o teclado livre 32 teclas de piano, F3até C6. Com uma leve cor vermelha ou similar, instrumento também com um teclado único Características extras: capa de proteção com zíper, bico & e cabo de extensão	20
02	UNID	ESCALETAS SOPRANA Semi- profissional. Modelo SOPRANA Com o teclado livre 32 teclas alcance das altas soprano desde F3 até C6. Características extras: capa de proteção com zíper, bico & ecabo de extensão	07



02	UNID	ESCALETAS SOPRANA Semi- profissional. Modelo SOPRANA Com o teclado livre 32 teclas alcance das altas soprano desde F3 até C6. Características extras: capa de proteção com zíper, bico & ecabo de extensão	07
03	PARES	BAQUETAS De Madeira encerrada 410 mm , 17,2 Ø 410 mm grossa, B3, de cabeça de Nylon 20mm, para Tenor Drum.	150 PARES
04	PARES	BAQUETAS DE MADEIRA branca 433 mm 17,2 Ø grossa, B1, cabeça de Madeira para Caixa Tenor.	150 PARES
05	UNID	BOLSA Estojo para Maçanetas, até 10 pares de maçanetas, mais um par de bilros e 1 par de vassouras. Bandoleira para transporte tipo mãos - livres. Formato redondo para evitar o rolamento no interior do furgão.	06
06	UNID	CAIXA COMPACTA Aro Duplo, na cor preta, Tamanho 14" Concha Reduzida em madeira com revestimento na cor desejada, Aro Die-Cast, Aro em liga de alumínio, (colete) em alumínio super leve tipo armadura com revestimento interno emborrachado, Pele de alta tensão em Kevlar. Acompanhados de suporte de alumínio com tripé emborrachados.	04

		CAIXA TENOR ARO DUPLO TAMBOR (CORPO) confeccionado de Lyptus, (Eucalipto alterado geneticamente, com densidade 50% superior ao eucalipto natural, resultando em excelente projeção sonora de timbre médio- grave) totalizando 8 mm de espessura após finíssimo lixamento. A borda do tambor tem superfície uniforme em 45º cuidadosamente lixada, assegurando excelente projeção sonora. Na cor titânio, com a pele personalizada com os dizeres "COMUTI". A1-Face interna: Parede uniforme com finíssimo lixamento e impermeabilização,.A2-Face externa: Revestido com lâmina resinada	
--	--	--	--



07	UNID	<p>escovada nas cores: laqueado finíssimo e processos de laqueação. B- Sistema de afinação: B1- 12 AFINAÇÕES individuais superiores e 12 afinações individuais inferiores interligados por longarina de alumínio e porcas de aço B2- Parafusos de afinação: São confeccionados em aço e cromados, nas medidas e formato do padrão universal de baterias e instrumentos de percussão marciais profissionais (cabeça quadrada e rosca 7/32"). B3-Aros: 2 aros na parte superior, sistema conhecido como "aro duplo" e 1 aro na parte inferior. Esses aros são fabricados em alumínio (liga especial de engenharia) e torneados para suportar com precisão, resistência e segurança as altas afinações exigidas desse modelo de caixa. A superfície dos aros tem acabamento eletrostático de poliéster cor titânio. C-Sistema de automático: Na pele resposta, com dupla regulagem e acionamento, feito de zamak e aço com encaixes e deslizamentos suaves e precisos. Esteira feita com "16" fios de nylon, com afinação sensitiva individual. D-Medidas e informações complementares: (profundidade e diâmetro em polegada, espessura em milímetro) diâmetro 14 profundidade 12" espessura 8mm, quantidade de afinações 12,E-PELES:E-1:BATEDEIRA, especial de duplo filme de poliéster e manta de Kevlarultra resistentes para suportar as afinações da caixa de alta tensão.E-2:RESPOSTA: Feitas de filme de poliéster cristal com 75 micros de espessura- Colete ou Carrier: Feito com perfis de alumínio (liga de engenharia), com acabamento em pintura eletrostática (resina epóxi) e revestido com borracha sintética (EVA) com 10 mm. de espessura nas ombreiras e apoio abdominal, assegurando conforto no contato com o corpo do músico. Regulagem de altura e inclinação das ombreiras. As ombreiras têm regulagem livre de abertura (inclinação), tripla regulagem de altura, se adequando desde o pré-adolescente até o adulto de alta estatura. Os sistemas de fixação contam com encaixe preciso e aperto rápido, proporcionando segurança e tranquilidade no desempenho em desfiles e apresentações. Acompanhados ambos de BAG com zíper e almofadas para evitar atrito com mecanismos (solo e etc).</p>	06
----	------	--	----



08	PARES	MAÇANETAS. Tipo baqueta, para vibrafone, importada, para uso geral para providenciar uma sonoridade rica e cheia em qualquer tecla, numa extremidade possui ponta de madeira para percutir caixas, tons, surdos e na outra extremidade possui bola de borracha, 406 mm de comprimento x 14,6mm de diâmetro.	50
09	UNID	BAQUETAS PARA LIRA. Cabo de ABS, cabeça de nylon levemente mais densa que a de polipropileno.	50
10	UNID	GLOCKENSPIEL DE MARCHA.30 Teclas em Alumínio, 2 1/2 de Oitavas G5 - C8, Afinação A = 442 HZ Carrier em Alumínio Leve (tipo armadura) Estrutura em Alumínio em Pó Revestido, Par de Baquetas com Cabo em Abs e Ponta em Polipropileno, acompanhados de case ou Bag para seu armazenamento.	25
11	UNID	TALABARTES PARA LIRA. Em couro, com costuras reforçadas, com copinho em alumínio para encaixe da lira também de boa qualidade para se evitar o rompimento da costura e seus parafusos.	100
12	UNID	ESTANTE/SUPORTE Estante para caixa tenor 14"x12" de alumínio, tripés com pés emborrachados, acompanhados ambos de Bag para armazenamento.	06
13	UNID	ESTANTE/SUPORTE Estante para tenor Drum de alumínio, tripé com os pés emborrachados, acompanhados ambos de Bag para armazenamento.	06
14	UNID	ESCALETA ANDINA. 25 teclas de piano, Composição /Material do corpo: Polietileno, Afinação: C Nível: profissional com capa de proteção com zipper, bico e cabo de extensão.	03



15	UNID	<p>BUMBO.</p> <p>Fuste Madeira marfim Laminada c/ reforço 8 mm c/ fórmica preta , 26" x 14 ", GESS/ Anel Interno, com 8 feltros distribuídos entre o anel e a pele Parafusos Cromados medida universal Canoas Alumínio Extrudado (maciço) Modelo Tubular, Aros Madeira Laminada c/ fórmica, Garras Aço, com engate para carrier, acompanhados com Carrier Alumínio Naval Curvas c/ 3 regulagens de altura _ regulagem de inclinação e abertura Eixo central tipo canaleta, em aço c/ 5 regulagens de altura com Barrigueira e Curvas com forração de EVA 10mm com as regulagens com borboleta de aperto (não necessita chaves), acompanhados de (02) dois pares de maçanetas em Alumínio preto 350 mm empunhadura ABS Flexível Feltro 50 X 40 e acompanhados de capa para armazenamento.</p>	05
16	UNID	<p>BUMBO.</p> <p>Fuste Madeira Laminada c/ reforço 8 mm c/ fórmica preta , 20" x 14", Pele GESS/ Anel Interno, com 8 feltros distribuídos entre o anel e a pele Parafusos Cromados medida universal Canoas Alumínio Extrudado (maciço) Modelo Tubular, Aros Madeira Laminada c/ fórmica, Garras Aço, com engate para carrier, acompanhados com Carrier Alumínio Naval Curvas c/ 3 regulagens de altura _ regulagem de inclinação e abertura Eixo central tipo canaleta, em aço c/ 5 regulagens de altura com Barrigueira e Curvas com forração de EVA 10mm com as regulagens com borboleta de aperto (não necessita chaves), acompanhados de (02) dois pares de maçanetas em Alumínio preto 350 mm empunhadura ABS Flexível Feltro 50 X 40 e acompanhados de capa para armazenamento.</p>	02
17	UNID	<p>BUMBO SINFÔNICO –</p> <p>Aro em madeira ou alumínio, Canoas com afinação dupla independente cromado, Parafusos borboleta em metal cromado, Garras em metal cromado, Em madeira Nas espessura 10 e 13mm Madeira encerada Pintura em poliéster, Tubo do suporte do anel flutuante em aço ou alumínio , com acabamento pintado ou cromado, Base em aço ou alumínio fundido, Regulagem de ângulo, Regulagem de altura, Rodízio duplo freio anti-impacto;</p>	01



18	UNID	<p>BUMBO.</p> <p>Fuste Madeira de marfim Laminada c/ reforço 8 mm c/ fórmica preta , 16" x 14 ", Pele GESS/ Anel Interno, com 8 feltros distribuídos entre o anel e a pele Parafusos Cromados medida universal Canoas Alumínio Extrudado (maciço) Modelo Tubular, Aros Madeira Laminada c/ fórmica, Garras Aço, com engate para carrier, acompanhados com Carrier Alumínio Naval Curvas c/ 3 regulagens de altura _ regulagem de inclinação e abertura Eixo central tipo canaleta, em aço c/ 5 regulagens de altura com Barrigueira e Curvas com forração de EVA 10mm com as regulagens com borboleta de aperto (não necessita chaves), acompanhados de dois (02) pares de maçanetas em Alumínio preto 350 mm empunhadura ABS Flexível Feltro 40 X 30' 20" e acompanhado de case para armazenamento.</p>	03
19	PARES	<p>PRATOS.</p> <p>De Bronze 18", pratos desenvolvidos especialmente para fanfarras. Com um bom corte e revestimento em latão, som mais agudo e com boa qualidade. Usinados e martelados manualmente, com equilíbrio e riqueza de frequências, com o som mais consistente e com muito volume, martelado para fanfarra, medidas 18", com correia de couro marrom, ambos acompanhados de bolsas de couro ou similar para armazenamento.</p>	04
20	UNID	<p>GLOKENSPIEL SINFÔNICO</p> <p>Produzido com material de puro aço tratamento em alto carbono, processado para um tom puro, brilhante, e um sistema de cabo de suspensão para aumentar a sustentar e maximizar a ressonância. Com sistema de amortecimento de pedal e estrutura embutida com regulagem de altura por sistema de suporte de mola a gás. Com tamanho de 106 cm, com peso de 36 kg, Barras de 9 milímetros de espessura 32,5 milímetros largura, Aço carbonado de alta mTubos com acabamento em bronze. Teclas douradas. Com finaço dupla com Teclado destacável. Com Rodas de banda larga com dupla frenagem com acabamento douradas. Desmontável. Capa em matelassê, para a sua cobertura geral. Com ajuste de altura do sistema de suporte de molas a gás de Ajuste, e</p>	01



		com Faixa 3 1/2 oitavas e com Afastamento A442Hz (23°C), acompanhado com dois (02) pares de Baquetas.	
21	UNID	<p>VIBRAFONE SINFÔNICO</p> <p>Produzido com material de puro aço tratamento em alto carbono, processado para um tom puro, brilhante, e um sistema de cabo de suspensão para aumentar a sustentar e maximizar a ressonância. Com sistema de amortecimento de pedal e estrutura embutida com regulagem de altura por sistema de suporte de mola a gás. Com tamanho de 85 cm, com peso de 12 kg, Barras de 7 milímetros de espessura 18,5 milímetros largura, Aço carbonado de alta mTubos com acabamento em bronze -.Teclas douradas. Com finação dupla com Teclado destacável. Com Rodas de banda larga com dupla frenagem com acabamento douradas. Desmontável. Capa em matelassê, para a sua cobertura geral.</p>	01
22	UNID	<p>TRITON MARCHA INFANTII</p> <p>Em madeira, afinação 6"-8"-10"-Aro: Chapa Preto, cabamento: Fórmica, acompanhado de colete</p>	02
23	UNID	<p>QUINTETO</p> <p>Em madeira, afinação 6"-8"-10"-12"-13"Aro: Chapa Preto, cabamento: Fórmica, acompanhado de colete</p>	03
24	xx	<p>MATÉRIAI COREOGRAFICO</p> <p>20 mastros de alumínio de 1,5 metros,10 bastões de aluminio com pontas emborrachadas para balizamento, 30 bandeiras flamuladas nas cores amarela e vermelha para anexo aos mastros,10, 12 airblades de fibra para manejo coreográfico na cor branca medidas 1,0 m x 0,2 m,08 estrela airblade de metal em forma hexagonal de 0,2mx0,5mx,05mx0,5 m, 01 estandarte em fibra para deslocamento frontal m fibra ou em madeira aveludada.</p>	xx

3. JUSTIFICATIVA



Iúna-ES, município localizado na região do Caparaó, possui várias comunidades que apresentam grande situação de vulnerabilidade social, revelando problemas relacionados a falta de infraestrutura habitacional e empregatício, baixo poder aquisitivo, baixo grau de escolaridade, alto índice de desemprego e falta de organização comunitária, que acarretam em situações agravantes de alcoolismo, desemprego, evasão escolar, aproximação das drogas e a violência.

Nesse sentido, observamos, que a secretaria de Educação de Iúna, vem promovendo o Programa com Oficinas de Percussão Rudimentar e Arte Coreográfica, dando aos seus inseridos a flexibilização do tempo entre a Escola e as Oficinas supracitadas. Assim com o intuito de agregar aos inseridos, uma programação extracurricular rica culturalmente, e de uma maior interação entre os seus inseridos. Sendo assim, a Secretaria Municipal de Educação de Iúna, vê a necessidade de inclusão de Oficina de Música (Percussão Rudimentar Lúdica e arte Coreográfica), que atenderá os alunos da Rede de Ensino de Educação desta Municipalidade, dando a possibilidade aos alunos de terem contato com a música e a arte da dança, e ao mesmo tempo, estimulando os mesmos a participação atuante na Escola.

O estudo da música valoriza o trabalho em equipe. Para que um projeto Musical, Banda ou Orquestra obtenha sucesso, todos os seus elementos têm que trabalhar em conjunto harmoniosamente com um único objetivo, com desempenho, comprometendo-se a aprender a música, participando dos ensaios, e praticar música em conjunto. O estudo da música também encoraja a autodisciplina e a diligência, características que se repercutirão nas atividades intelectuais sob forma de estudo efetiva e hábitos de trabalho. Praticar música promove a expressão pessoal e proporciona autogratisficação ao mesmo tempo em que dá prazer aos outros.

4. OBJETIVOS A SEREM ALCANÇADOS

4.1. Objetivo Geral: Objetiva-se fortalecer os vínculos sociais além de promover o desenvolvimento dos inseridos em situação de vulnerabilidade educacional e social usando a música como agente transformador.

4.2. Objetivos Específicos:

- Desenvolver a capacidade de convivência em grupo, fortalecer os vínculos sociais, tendo a música como um instrumento de promoção de suas capacidades em todas as áreas de sua vida;



- Fazer com que o aluno esteja suprido de técnica e musical, de modo a ter em seu repertório um conjunto de peças musicais suficientes para a apresentação, podendo apresentar-se como solista e ou em grupo.
- Fornecer ao aluno os recursos técnicos (práticos e teóricos) que são utilizados para execução e interpretação do repertório popular.
- Viabilizar aos integrantes iniciantes o primeiro contato com om instrumento e sua prática, sendo incentivado a descobrir pela experimentação, de maneira lúdica e didática, as possibilidades sonoras e as demandas técnicas de percussão básica;
- Proporcionar aos alunos intermediários a exploração dos aspectos técnicos diversos, pertinentes às características do instrumento, para dele tirar o melhor proveito através da diversidade de estilos. Neste estágio, procuramos desenvolver no aluno várias opções na escolha de repertório.
- Proporcionar aos alunos que apresentarem conhecimento avançado adquiridos nas oficinas, o desenvolvimento de linguagens contemporâneas (tablatura e partitura), utilizadas para o registro e a transmissão dos conhecimentos técnicos e teóricos pertinentes ao instrumento empregado, bem como suas possíveis relações e interações com outros instrumentos, seja no cenário popular ou erudito.

5. VALORES REFERENCIAIS DE MERCADO - ORÇAMENTO ESTIMADO

5.1. Poderá o interessado/licitante solicitar o orçamento estimado através do e-mail: licitacao@iuna.es.gov.br.

6. ESTRATÉGIAS DE FORNECIMENTO/PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

As aulas das Oficinas gerais: deverão ocorrer duas (02) vezes por semana. Sendo no Horário Noturno, diurnos conforme a disponibilidade de tempo dos inseridos em horários compreendidos (19:30 horas às 21:30 horas), e diurnos aos sábados e feriados (09:00 horas às 11:00 horas). Podendo ser executada



duas turmas, obedecendo a divisão entre a Oficina de Música Rudimentar e a Oficina de Arte Coreográfica.

As Oficinas de Música: percussão Rudimentar e musical teórica deverão ocorrer na Sede dos colégios da rede de ensino municipal de educação de Iúna-ES. Ficando à Critério da Secretaria Municipal de Educação de Iúna, objetivar os horários em melhor atendimento aos inseridos. Sendo que na totalidade de horas de atividades a executar deverá obedecer 16 horas/mensais; ou seja cada Oficina de duas horas diárias, quatro horas semanais, perfazendo na sua totalidade 16 horas mensais.

Que para atender melhor o programa projeto, as oficinas acontecerão em acordo entre a empresa e a contratante, porém a Secretaria Municipal de Educação de Iúna, deverá fiscalizar os dias de oficinas, para melhor interação entre os inseridos e ampliação do corpo musical.

O (projeto Musical formado) poderá participar de eventos, tais como, Campeonatos, Concursos, Encontro de Bandas, Apresentação Solo e Desfiles, que poderão acarretar aumento de horas/aulas trabalhadas devido aos ensaios extras com finalidade de preparar os grupos para tais eventos. Entretanto, a participação a estes eventos, ficará condicionada a autorização prévia do gestor da pasta para a realização das atividades (ensaios) extras.

Ressalta-se que a empresa não poderá cobrar como hora/aula ministrada o período em que estiver acompanhando os alunos em eventos conforme descrito no parágrafo acima. Que em caso se apresentações de interesse da municipalidade, a empresa deverá ser notificada no mínimo de 15 dias para preparação da referida apresentação; no caso, de não ser notificada a tempo (12 dias) para tais apresentações, ficará à cargo da Empresa promover a apresentação:

PERCUSSÃO RUDIMENTAR	ARTE, DANÇA COREOGRÁFICA
Professor na área segundo habilitação técnica na área musical para ministrar aulas e mastrar o corpo musical.	Instrutor na área segundo habilitação técnica na área Coreográfica, na preparação do corpo Coreográfico, Linha de Frente da Fanfarra

6.1. A grade pedagógica será atendida das seguintes maneiras:

6.1.1. Grade Pedagógica a ser desenvolvida com os alunos Iniciantes MUSICALIZAÇÃO INFANTIL – MÓDULOS I, II E III (Percussão Rudimentar: Xilofone e metalofone)



EMENTA: Proporcionar o início do estudo de música de maneira a atender demandas afetivas, conceituais e de criatividade, visando desenvolver conceitos básicos relacionados aos parâmetros do som (frequência, intensidade, tempo e timbre), bem como parâmetros básicos da música (melodia, duração, ritmo, afinação, acentos, forte, fraco, dinâmica, textura, harmonia, tessitura, forma, gêneros, leitura de tipogramas e figuras geométricas, clave de sol, etc).

Além de atender a uma parte teórica básica, o processo deve desenvolver habilidades psicomotoras por meio de dinâmicas e de atividades lúdicas, contendo vivências em grupo, sensibilizando a percepção e acolhendo a criatividade. Desenvolver atividades em turmas extras conforme demanda.

Programa de Curso (conceitos e vivências):

Parâmetros do som: 1. Timbre: reconhecimento de sons e instrumento; conceitos básicos de textura e combinação de sons; 2. Frequência: grave, médio e agudo; melodias; vivências com jogos e exemplificações; 3. Intensidade: forte, fraco; silêncio e ruído; vivências com jogos e exemplificações; Desenvolver os conhecimentos teóricos gradativamente, com o objetivo de que se alcance maior autoconfiança dos alunos e que dessa forma os conhecimentos de teoria, leitura e grafia sejam exercitados musicalmente ao final do nível VI, tendo o aluno condições de aprender novos ritmos, criar pequenas composições, ler partituras com mais segurança e tocar pequenos arranjos com os instrumentos que foram escolhidos no final do nível IV. Desenvolver atividades em turmas extras conforme demanda.

Programa de Curso:

MÓDULO I : Altura: vivência corporal, vocal e instrumental de glissandos, ascendentes e descendentes nos registros grave, médio e agudo; verbalização e grafia proporcional; vivência dos sons da escala maior. Percepção de escalas ascendentes e descendentes; . Duração: vivência dos modos rítmicos (pulso, apoio, divisão, subdivisão da pulsação e ritmo real); percepção do som e do silêncio como matérias primas para o fazer musical; vivência não medida de sons curtos e longos; descoberta de grafia.

MÓDULO II proporcional; percepção deste parâmetro em canções variadas; percepção de silêncios curtos e longos; percepção medida de sons curtos e longos (sons) que preenchem uma pulsação, duas,



três...); apresentação das figuras musicais correspondentes aos sons medidos (semínima, mínima, mínima pontuada, semibreve, duas colcheias e quatro semicolcheias); 3. Timbre: MÓDULO III conhecimento dos timbres dos instrumentos de uma orquestra e outros instrumentos correspondentes a outras formações; apreciação de obras significativas na história da música;. Forma musical: A A'; A B; A B A; percepção mediada por meio de canções e peças significativas;

NÍVEL V: 1. Altura: vivência e percepção de arpejos e pentacordes maiores e menores (aproximação dos planos de altura); grafia proporcional e tradicional; 2. Duração (ritmo): aprendizagem das células rítmicas colcheia pontuada e semicolcheia e quiálteras de três colcheias;

Programa de Curso: Instrumentação

Módulo I – Posição das notas no xilofone(Lira) ou Escaletas; leitura Rítmica e melódica; pulso e subdivisões.

Módulo II – Continuação e aprimoramento das atividades do módulo I; caixa tenor:

Módulo III – Posição das notas no METALOFONE (Lira)

Módulo IV – Continuação e aprimoramento das atividades do módulo II; Bumbo.

Módulo V – Posição das notas na ESCALETAS, LIRAS

Atividades coletivas / grupo de percussão – Repertório em grupo: Orquestral; duos/trios de caixas; caixas em uníssono, triangulo, bumbo e pratos de ataque; caixa, bumbo, pratos e triângulos; tímpanos, caixa, bumbo, pratos, triângulos e acessórios básicos. Repertório em grupo: Popular.

7. DAS OBRIGAÇÕES:

7.1. Pertinentes ao objeto de Licitação

7.1.1. Do Contratante: Secretaria Municipal de Educação de Iúna –ES.



7.1.1.1. Ficará com a obrigação de dispor de local para a realizações das oficinas, e quando necessário, efetuar compra de instrumentos, material lúdico e uniforme, dentro da disponibilidade de dotação orçamentária. É, ainda, de responsabilidade da contratante dispor de transporte, sempre que necessário, e alimentação dos alunos nas Oficinas e ensaios gerais.

7.1.2. Da Contratada

7.1.2.1. Ministrará as Oficinas teóricas e prática Instrumental, Manejo Instrumental, responsabilizar pela afinação gradual das Marimbas, Escaletas, Glockenspiel, Caixa em Concha tenores, Tenores Drums, tais atividades, acompanhando o regime de normas de horários da Secretaria Municipal de Educação: efetuando relatórios de atividades realizadas mensalmente para Gestão (Secretaria Municipal de Educação de Iúna –ES).

A contratada deverá apresentar após ordem de fornecimento a instrumentação e acessórios descritos na tabela acima, e que os referidos materiais deverão ficar a disposição do projeto e alocados em local designado pela Secretaria Municipal de Educação de Iúna-ES.

8. TRATAMENTO DIFERENCIADO AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1. O Tratamento as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte se darão conforme preceitua o disposto no Art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela LC nº 147/2014 e Decreto Municipal nº 009/20, demais normas de direito público aplicáveis e pelas regras previstas no Edital e respectivos anexos, que o integram.

9. GESTÃO DO CONTRATO

9.1. A Gestão do Contrato oriundo do presente processo será de responsabilidade de Edna Viana da Fonseca, Secretária Municipal de Educação e Esporte.

10. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO



10.1. A execução deste instrumento será acompanhada e fiscalizada por servidor previamente designado pela Administração, que realizará o controle contínuo, de forma digital, dos serviços realizados, além de todas as ocorrências relacionadas com a execução do presente, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e deverá atestar a execução do objeto, observadas as disposições do contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento. O agente fiscalizador do contratante será o Sr/Sra XXXX, matrícula nº XXXX, nomeado por Portaria subscrita pelo Gabinete do Prefeito.

10.2. O controle digital citado no item 10.1, será realizado em aplicativo específico, que será fornecido de forma gratuita pela administração.

10.2.1. A empresa contratada deverá informar um preposto, que receberá treinamento para utilização do aplicativo, que será realizado pela Secretaria de Planejamento.

10.3. O uso do aplicativo, será obrigatório para contratos de aquisição de materiais de construção, obras e de prestação de serviços de qualquer natureza e caberá a empresa a inserção de dados no aplicativo;

10.3.1. Para os casos de aquisição de mercadorias e produtos, o uso do aplicativo será inserido de forma progressiva, mediante demanda do Setor de Planejamento, a critério da Administração Municipal.

10.4. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor por qualquer irregularidade.

11. SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não poderá o Contratado ceder ou subcontratar, parcial ou totalmente o objeto do Contrato.

12. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

12.1. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA/ES

12.1.1. Fornecer à CONTRATADA as informações e documentações indispensáveis à execução do objeto contratado;



12.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto contratual entregue em desacordo com o previsto no Contrato, justificando as razões da recusa;

12.1.3. Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe prazo, para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do objeto;

12.1.4. Efetuar os pagamentos nas condições pactuadas no Contrato;

12.1.5. Permitir ao pessoal técnico da CONTRATADA, devidamente identificado, livre acesso aos locais destinados à execução do objeto contratual;

12.1.6. Cumprir, de forma a não retardar os prazos da CONTRATADA, suas obrigações contratuais que constituam pré-requisitos para que a mesma cumpra suas próprias obrigações;

12.1.7. Designar servidores para acompanharem a execução do Contrato;

12.1.8. Gerenciar o Contrato até o seu vencimento, acompanhando o cumprimento de todas suas cláusulas na íntegra.

12.2. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.2.1. Executar o objeto contratual, nos prazos estipulados e de acordo com as especificações e condições previstas no Contrato;

12.2.2. Refazer, às suas expensas, o objeto contratual executado em desacordo com estabelecido no Contrato;

12.2.3. Realizar as atividades necessárias à execução do objeto do contrato;

12.2.4. Comunicar imediatamente a ocorrência de fato alheio à execução do objeto contratual que afete o cumprimento das obrigações;



12.2.5. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Gestão/Fiscalização durante a vigência do Contrato e, no caso de reclamações, responder a elas no prazo determinado;

12.2.6. Indicar ao Gestor contratual, no ato da assinatura do contrato e sempre que ocorrer alteração, um preposto para representá-la perante a Prefeitura Municipal de Iúna/ES, informando endereço, telefone e e-mail, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;

12.2.7. Indenizar terceiros e/ou a Prefeitura Municipal de Iúna/ES por todo e qualquer dano decorrente direta ou indiretamente da execução do Contrato, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos;

12.2.8. Para garantia do ressarcimento do dano, total ou parcial, tem a Prefeitura Municipal de Iúna/ES direito de retenção sobre o pagamento devido à CONTRATADA;

12.2.9. Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação pátria vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como por taxas, impostos, frete, embalagens e outras obrigações que incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto ora contratado;

12.2.10. Manter, durante a vigência do Contrato, de acordo com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.2.11. Cumprir o disposto no art. 27, inciso V, da Lei Federal n.º 8.666/93;

12.2.12. Fornecer os produtos registrados/contratados na forma prevista do Contrato;

12.2.13. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo Setor responsável pelo recebimento e fiscalização;

12.2.14. Comprometer-se a executar os serviços na data acordada, constantes da Autorização de Fornecimento, emitida pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Iúna/ES.

13. CONDIÇÕES E PRAZO DE PAGAMENTO



13.1. DO PAGAMENTO

13.1.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Prefeitura Municipal de Iúna, a nota fiscal, contendo discriminação clara e precisa do objeto contratado e seus elementos característicos, como identificação do item, especificação, quantidade e preços unitário e total;

13.1.2. O pagamento será depositado na conta bancária da CONTRATADA, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste dos fiscais de contratos da Prefeitura Municipal de Iúna/ES;

13.1.3. A Prefeitura Municipal de Iúna/ES, identificando qualquer divergência na nota fiscal, esta será devolvida à CONTRATADA para a devida regularização;

13.1.4. A devolução da Nota Fiscal não aprovada pela Prefeitura Municipal de Iúna/ES, em nenhuma hipótese servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a prestação dos serviços ou deixe de prestar o atendimento necessário;

13.1.5. A prefeitura Municipal de Iúna/ES se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos da CONTRATADA, inclusive os relacionados a multas, danos e prejuízos contra terceiros;

13.1.6. Nenhum pagamento será efetuado estando pendente de liquidação qualquer obrigação da CONTRATADA;

13.1.7. Somente será pago o objeto contratual efetivamente prestado e de acordo com as especificações que integram o Contrato;

13.1.8. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal.

13.1.9. Como condição para realização do pagamento a contratada deverá emitir NFe (Nota Fiscal eletrônica), bem como prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, FGTS e Justiça do Trabalho.

13.1.10. Apresentar ainda, declaração informando que todos possuem CTPS devidamente assinada, juntamente com relação dos funcionários vinculados ao contrato, com comprovação de recolhimento dos encargos, como GFIP e/ou SEFIP.



14. SANÇÕES E PENALIDADES

14.1. Vide item e seus subitens relacionados às sanções e as penalidades no edital de licitação.

14.2. Qualquer interrupção ou atraso, que seja dada causa pela ação ou omissão da CONTRATADA ou de seus prepostos, dará margem às penalidades, que serão descontadas no pagamento através do Anexo I – MODELO DE RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO e penalidade através do Anexo II – MODELO DE NOTIFICAÇÃO.

15. VIGÊNCIA

15.1. CONTRATO

15.1.1. O contrato vigorará por 12 (doze) meses, a contar de sua publicação resumida no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogado.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Fica a Prefeitura Municipal de Iúna/ES isenta de qualquer ação civil, criminal, trabalhista, ou qualquer outra relativa ao Contrato, ficando o Contratado responsável por tudo o que vier a ocorrer durante o período do Contrato;

16.2. O Contrato será publicado, em resumo, na Imprensa Oficial, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 61, parágrafo único da Lei n.º 8.666/93, correndo a despesa por conta da Prefeitura Municipal de Iúna/ES;

16.3. Aplica-se à execução do termo contratual, em especial aos casos omissos, a Lei nº 10.520/02 e Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores;



16.4. A Prefeitura Municipal de Iúna/ES dispõe de noventa (90) dias, contados da data do Pregão, para convocar o licitante vencedor para assinar o contrato, sendo esse o prazo mínimo de validade da proposta;

16.5. A contratada terá um prazo máximo de 07 (sete) dias para assinatura e devolução do Contrato, contados da data de recebimento deste por e-mail ou qualquer outro meio;

16.6. Os preços contratados vincularão os respectivos proponentes enquanto viger o Contrato;

16.7. Os preços ofertados pelas contratadas deverão estar inclusos todos os custos inerentes à contratação, dentre eles os encargos sociais, impostos, taxas, seguros entre outros, e que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todos os serviços, não podendo posteriormente reivindicar nenhum tipo de pagamento extra.

17. FORMA DE ADJUDICAÇÃO/JULGAMENTO DO OBJETO

17.1. Será considerada vencedora a proposta que, atendidas as especificações contidas no Edital e seus anexos, apresentar o menor preço global do lote.

18. ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

18.1. São partes integrantes deste Termo de Referência os seguintes Anexos:

18.1.1. Anexo I – MODELO DE RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO;

18.1.2. Anexo II – MODELO DE NOTIFICAÇÃO.



TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

MODELO DE RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO



RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

Empresa:	[razão social]
Processo nº:	xxxx/xxxx
Licitação nº:	Pregão Presencial nº [n]/xxxx
Contrato nº:	[n]/xxxx
Vigência do Contrato:	[data inicial] a [data final]

Nós, **[nome fiscal 1], [nome fiscal 2] e [nome fiscal 3]**

fiscais do contrato informado acima, declaramos que o(s) objeto(s) foram recebidos e homologados pelos fiscais em conjunto com o gestor do contrato, informamos ainda que todos os requisitos do edital referente a esta contratação foram cumpridos e que a aceitação do objeto está ratificada.

Local de Entrega:
[citar os locais onde os produtos foram entregues]

Os seguintes produtos foram entregues e homologados:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE

Nº da(s) Nota(s) Fiscal(is):
[n] (R\$ [valor]).

Outras informações que comprovem a entrega ou prestação dos serviços:
[opcional]

Declaro, sob as penas da lei, que as informações acima são verdadeiras.
Iúna/ES, [dia] de [mês] de [ano].

[nome fiscal 1]
Matricula nº: [n]
Fiscal do Contrato

[nome fiscal 2]
Matricula nº: [n]
Fiscal do Contrato

[nome fiscal 3]
Matricula nº: [n]
Fiscal do Contrato

[gestor do contrato]
Matricula nº: [n]
Secretário de XXXX

(*) Trata-se de um modelo de referência, podendo ser aperfeiçoado durante a execução contratual.



TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II

MODELO NOTIFICAÇÃO



NOTIFICAÇÃO

Empresa:	[razão social]
Responsável:	[nome do responsável pela empresa]
Processo nº:	00XXX/20XX
Licitação nº:	Pregão Presencial nº [n]/20XX
Contrato nº:	[n]/20XX
Vigência do Contrato:	[data inicial] a [data final]

1ª VIA
RECEBIDO EM

Sr. Responsável pela empresa citada,

Relato a Vossa Senhoria que por ocasião do acompanhamento do contrato referido acima, esta administração se deparou com as seguintes situações:

1. [descrição de suposta irregularidade];
2. [idem];

Ante a possibilidade de tais eventos, se confirmados, terem o condão de, em tese, configurar infrações contratuais e, conseqüentemente, levarem à aplicação de penalidades, confere-se ao Senhor o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento deste, para o exercício de seu direito de manifestação e defesa, o que deve ser feito por escrito e protocolado na Sede da Prefeitura.

Também confiro a Vossa Senhoria a oportunidade de se pronunciar acerca do intuito administrativo de rescindir o contrato, em vista das frequentes dificuldades em sua execução.

Os autos do processo em que formalizada a contratação estão à disposição de Vossa Senhoria para extração de cópias e exame.

Atenciosamente,

Iúna/ES, [dia] de [mês] de [ano].

[nome do fiscal]

Fiscal do Contrato _____



ANEXO 1 – B LOTES

Segue arquivo apartado deste edital.



ANEXO 2
MODELO DE PROPOSTA

LICITAÇÃO Nº 043/2023 - PREGÃO PRESENCIAL

RAZÃO SOCIAL: *[preenchimento obrigatório]*

CNPJ: *[preenchimento obrigatório]*

ENDEREÇO: *[preenchimento obrigatório]*

ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL): *[preenchimento obrigatório]*

TELEFONE: *[preenchimento obrigatório]*

(LOCAL E DATA) , de de 2023. *[preenchimento obrigatório]*

Declaro que li e concordo com todas as condições de execução do contrato.

Seguem anexos nossos preços para participação no presente certame.

A validade desta proposta é de dias. *[lembre-se de que o prazo mínimo de validade da proposta é de 90 dias]*

LOTE	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
Valor total por extenso:					

Obs: *Utilizar o anexo 01 B - lotes para confecção da planilha de preços.

* Poderá ser desconsiderado o campo "marca" na tabela anexo 01 B - lotes.

Assinatura Identificável
(nome do representante do licitante)



ANEXO 3
MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

(local e data) _____, de _____ de 2023.

A
Pregoeira da Prefeitura Municipal de Iúna

Assunto: Credenciamento para a participação na Licitação nº 043/2023 - Pregão Presencial.

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável legal pela Empresa

vem pela presente, inscrita no CNPJ sob o nº _____, informar a V.S^a, que o(a) Sr^o.(a) _____, Carteira de Identidade nº _____ (apresentar o original), CPF nº _____, endereço _____, profissão _____, estado civil, _____, é pessoa autorizada a representar, em todos os atos, a pessoa jurídica acima citada durante a realização do Pregão em epígrafe, podendo para tanto, oferecer novos lances verbais, transigir, renunciar a recursos, requerer, assinar, enfim, praticar todos os atos referentes ao certame.

Assinatura Identificável
(nome do responsável pelo licitante – aqui deverá assinar a pessoa definida no item 5.3 do edital)

Obs.: Esta Declaração deverá ter reconhecimento de firma em Cartório.
Dispensa-se o reconhecimento de firma, quando assinado digitalmente nos moldes do item 1.6.2. deste edital.



ANEXO 4
MODELO DE DECLARAÇÃO DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE
RELAÇÃO DE PARENTESCO

[local e data.]

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Iúna

Assunto: Declaração de atendimento de exigências habilitatórias para participação na Licitação nº 043/2023 - Pregão Presencial.

O licitante [*nome do licitante*], inscrito no CNPJ sob o nº [*informar o CNPJ*], por meio de seu representante abaixo assinado, Sr. [*nome do representante que assina esta declaração*], [*qualificação do representante e indicação de sua relação com o licitante (sócio, administrador, gerente, dirigente, credenciado etc.)*], DECLARA, sob as penas da lei, em especial a cominada no art. 7º da Lei nº 10.520/02, que satisfaz plenamente todas as exigências habilitatórias previstas no certame epigrafado, em obediência ao disposto no art. 4º, VII da Lei nº 10.520/02.

Declara ainda que não é e não tem em seus quadros como sócio, administrador, dirigente ou gerente, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de servidor público do Município de Iúna ocupante de cargo eletivo, comissionado, efetivo, temporário ou contratado.

[*ou, caso haja relação de parentesco, casamento ou união estável*]*

Declara ainda que [o Sr./a Sr.^a] [*nome do licitante ou de sócio, administrador, dirigente ou gerente*], [*qualificação e indicação do vínculo com o licitante (sócio, gerente, administrador etc.)*] é [*explicação da relação (cônjuge, companheiro, tio, sobrinho, pai, avô etc.)*] do servidor municipal [*indicação do nome do servidor municipal*].

Exemplo: Declara ainda que o Sr. Fulano de Tal, brasileiro, casado, administrador do licitante, é casado com a servidora municipal Sr.^a Beltrana de Tal.

Assinatura
(denominação ou razão social do licitante e
nome do representante da empresa)

*** Observação: a relação de parentesco, união estável ou matrimonial entre o licitante ou seus sócios, administradores, gerentes ou dirigentes com servidores municipais não impede sua participação na licitação, mas deve ser informada para fins de controle. Caso o licitante omita a informação sobre eventual parentesco, casamento ou união estável, ser-lhe-á aplicada multa de 0,5% (meio por cento) do valor final de sua proposta e, se caracterizada má-fé, impedimento de licitar e contratar com o Município de Iúna pelo prazo de até cinco anos.**



ANEXO 5
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ART. 7.º, INCISO XXXIII, DA
CONSTITUIÇÃO**

(local e data) , de de 2023.

A
Pregoeira da PMI
Licitação nº 043/2023, modalidade Pregão Presencial.

A empresa,, inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a)....., portador (a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Observação: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

.....
Representante Legal



ANEXO 6
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE MOTIVO QUE IMPEÇA ME/EPP DE GOZAR
DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E ALTERAÇÕES.**

(local e data) , de de 2023.

A
Pregoeira da PMI
Licitação nº 043/2023, modalidade Pregão Presencial.

O licitante CNPJ declara que é(microempresa ou empresa de pequeno porte)....., que não se enquadra em nenhuma das situações previstas no § 4.º do art. 3.º da Lei complementar nº 123/2006 e alterações, de modo que pode fruir dos benefícios previstos naquela Lei.

.....

Representante Legal



ANEXO 7
MODELO DE DECLARAÇÃO DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO,
RESSALVADA A REGULARIDADE FISCAL E/OU TRABALHISTA E DE RELAÇÃO DE
PARENTESCO

(local e data) , de de 2023.

A
Pregoeira da Prefeitura Municipal de Iúna
Licitação nº 043/2023, modalidade Pregão Presencial.

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável legal pela Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ DECLARA, sob as penas da lei, principalmente a disposta no art. 7º da Lei nº 10.520/02, que satisfaz as exigências habilitatórias previstas no certame epigrafado, ressalvada, todavia, a regularidade fiscal e/ou trabalhista.

Caso esta licitante se sagre vencedora, compromete-se desde já a providenciar a regularização de que trata o § 1.º do art. 43 da Lei complementar nº 123/2006, sob pena de, se não o fizer, saber das consequências cominadas no § 2.º do mesmo dispositivo.

Declara ainda que não é e não tem em seus quadros como sócio, administrador, dirigente ou gerente, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de servidor público do Município de Iúna ocupante de cargo eletivo, comissionado, efetivo, temporário ou contratado.

*[ou, caso haja relação de parentesco, casamento ou união estável]**

Declara ainda que [o Sr./a Sr.ª] [*nome do licitante ou de sócio, administrador, dirigente ou gerente*], [*qualificação e indicação do vínculo com o licitante (sócio, gerente, administrador etc.)*] é [*explicação da relação (cônjuge, companheiro, tio, sobrinho, pai, avô etc.)*] do servidor municipal [*indicação do nome do servidor municipal*].

Exemplo: *Declara ainda que o Sr. Fulano de Tal, brasileiro, casado, administrador do licitante, é casado com a servidora municipal Sr.ª Beltrana de Tal.*

Assinatura
(denominação ou razão social do licitante e nome do representante da empresa)

*** Observação:** a relação de parentesco, união estável ou matrimonial entre o licitante ou seus sócios, administradores, gerentes ou dirigentes com servidores municipais não impede sua participação na licitação, mas deve ser informada para fins de controle. Caso o licitante omita a informação sobre eventual parentesco, casamento ou união estável, ser-lhe-á aplicada multa de 0,5% (meio por cento) do valor final de sua proposta e, se caracterizada má-fé, impedimento de licitar e contratar com o Município de Iúna pelo prazo de até cinco anos.



***As microempresas e empresas de pequeno porte que não ostentem regularidade fiscal e/ou trabalhista não devem apresentar a declaração do anexo 4, mas esta do anexo 7.**



ANEXO 8

CONDIÇÕES PARA EXPEDIÇÃO DE CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

1. O licitante interessado em apresentar Certificado de Registro Cadastral (CRC) deverá requerê-lo, em petição dirigida à Comissão, até o terceiro dia anterior à data final para a entrega do envelope de habilitação. O pedido deve ser instruído com os seguintes documentos:

I – **obrigatórios**, sem os quais o CRC não será emitido:

- a – documento de identidade (RG) ou equivalente, dos sócios;
- b - registro comercial, no caso de empresa individual;
- c - ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; Os documentos em apreço deverão estar acompanhadas de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- d - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f - prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- g - Prova da regularidade com a Fazenda Pública do Município em que sediado o licitante;
- h - Prova de regularidade com a Fazenda Pública do Estado em que sediado o licitante;
- i - Prova de regularidade com a Fazenda Pública Federal;
- j - Certificado de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, expedida pela Caixa Econômica Federal – Lei nº 8.036, de 11/05/90, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por lei, ou prova de garantia do juízo de valor suficiente para pagamento do débito, quando em litígio;
- k - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;
- l – declaração de que não possui, no quadro de pessoal, empregados com menos de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em atendimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição da República;
- m - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

II – **facultativos**:

- a – alvará de licença para localização e funcionamento;
- b – alvará expedido pela vigilância sanitária federal, estadual e municipal, a depender da atividade exercida;



- c - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d - registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- e - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
2. O interessado, quando do requerimento de seu CRC, deverá apresentar os documentos (obrigatórios e facultativos) que guardem pertinência com sua forma de organização e objeto.
- 2.1. Constará no CRC a menção aos documentos apresentados pelo interessado, inclusive com indicação dos respectivos prazos de validade.
- 2.2. Os documentos devem ser apresentados no original, por cópia autenticada ou cópias simples.
- 2.3. Para a expedição do CRC o interessado deve comprovar o recolhimento da taxa de cadastramento, no valor de R\$18,73 através de DAM emitido pelo Setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Iúna.
- 2.4. O CRC vigorará por até um ano, contado de sua expedição, sem prejuízo da validade dos documentos nele referidos.
- 2.4.1. Vencidos ou modificados documentos referidos no CRC, pode o interessado pedir nova expedição, recolhida a taxa respectiva.



ANEXO 9
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE À EXPEDIÇÃO DO
CRC QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME**

Cidade XXXX, de de 2023.

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA - PMI

DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

O licitante _____(Nome da Empresa)_____, estabelecido à _____(Endereço Completo)_____, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº _____, declara sob as penalidades cabíveis a inexistência de fato superveniente à expedição do Certificado de Registro Cadastral, ora apresentado para fins de habilitação, que o impeça de participar da Licitação nº 043/2023, modalidade Pregão Presencial.

(nome e assinatura do representante legal)



ANEXO 10 MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/2023

Por este instrumento particular de Contrato, de um lado o MUNICÍPIO DE IÚNA - ES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CGC/MF sob o n.º 27.167.394/0001-23, com sede na Rua Desembargador Epaminondas Amaral, n.º 58, Centro, Iúna - ES, neste ato representado pelo Sr. Romário Batista Vieira, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF n.º 788.456.027-53 e RG n.º 599171 – SSP/ES, residente e domiciliado à Rua Deputado João Rios, nº 65, Bairro Centro, neste Município de Iúna, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a firma _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede na _____, neste ato representada por seu(ua) sócio(a), o(a) Sr(a). _____, brasileiro(a), solteiro(a)/casado(a), _____(profissão)____, portador(a) do CPF n.º _____ e RG n.º _____, residente e domiciliado(a) na _____, doravante denominado(a) CONTRATADO(A), resolvem assinar o presente Contrato que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

01) CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a **Contratação de empresa para ministrar oficinas musicais (percussão rudimentar), arte e dança coreográfica para alunos da Rede de Ensino de Educação dessa municipalidade**, conforme normas e especificações do processo licitatório nº 043/2023 na modalidade Pregão Presencial do tipo menor preço global do lote.

02) CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- 2.1. O valor global do presente Contrato é de R\$_____ (extenso).
- 2.2. O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) dentro dos 30 (trinta) dias seguintes ao da apresentação à Prefeitura Municipal de Iúna de documento(s) fiscal(is) hábil(eis), sem emendas ou rasuras e ter ocorrido o recebimento na forma prevista no art. 73 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
- 2.2.1. Como condição para realização do pagamento a contratada deverá emitir NFe (Nota Fiscal eletrônica), bem como prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, FGTS e Justiça do Trabalho.



- 2.2.2. Apresentar ainda, declaração informando que todos possuem CTPS devidamente assinada, juntamente com relação dos funcionários vinculados ao contrato, com comprovação de recolhimento dos encargos, como GFIP e/ou SEFIP.
- 2.3. Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) ao fornecedor para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.
- 2.4. O Contratante poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pelo fornecedor, em decorrência de inadimplemento contratual.
- 2.5. Os pagamentos serão efetuados através de depósito em conta corrente do fornecedor, no Banco por ele indicado, e serão contados da data de certificação/aceitação do objeto licitado, constante no verso da Nota Fiscal/Fatura em 02 (duas) vias, com o visto do funcionário competente para o recebimento e conferência dos mesmos.
- 2.6. Em caso de atraso no pagamento, a Contratada fará jus à percepção dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança desde o inadimplemento até o efetivo pagamento.
- 2.7. Demais condições de pagamento constante no termo de referência.

03) CLÁUSULA TERCEIRA - EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E ACEITAÇÃO:

- 3.1. A execução deste instrumento será acompanhada e fiscalizada por servidor previamente designado pela Administração, que realizará o controle contínuo, de forma digital, dos serviços realizados, além de todas as ocorrências relacionadas com a execução do presente, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e deverá atestar a execução do objeto, observadas as disposições deste contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento. O agente fiscalizador do contratante será o Sr/Sra XXXX, matrícula nº XXXX, nomeado por Portaria subscrita pelo Gabinete do Prefeito.
- 3.2. O controle digital citado no item 3.1, será realizado em aplicativo específico, que será fornecido de forma gratuita pela administração.
- 3.2.1. A empresa contratada deverá informar um preposto, que receberá treinamento para utilização do aplicativo, que será realizado pela Secretaria de Planejamento.
- 3.3. O uso do aplicativo, será obrigatório para contratos de aquisição de materiais de construção, obras e de prestação de serviços de qualquer natureza e caberá a empresa a inserção de dados no aplicativo;
- 3.3.1. Para os casos de aquisição de mercadorias e produtos, o uso do aplicativo será inserido de forma progressiva, mediante demanda do Setor de Planejamento, a critério da Administração Municipal.



3.4. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor por qualquer irregularidade.

04) CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. As despesas decorrentes deste certame correrão pela dotação orçamentária:

160001.1236500102.096.33903900000 – Ficha 481, 160001.1236100102.094.33903900000 – Ficha 463, desde já autorizado o empenho pelo Ordenador de Despesa.

05) CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO E VIGÊNCIA DO CONTRATO:

5.1. As condições de execução do objeto serão conforme informadas no anexo 10 - A deste termo.

5.2. O contrato vigorará por 12 (doze) meses contados a partir do dia da publicação resumida de seu instrumento na imprensa oficial do Estado, podendo ser prorrogado de acordo com a Lei 8.666/93.

5.2.1. A critério da Administração, o contrato poderá ter sua vigência prorrogada mediante justificativa aprovada pela autoridade superior.

5.3. Caso haja prorrogação da vigência do contrato, por um período superior a doze meses, o contrato será reajustado pelo índice IGP-M, IPCA ou por outro índice oficial que mais lhe convenha.

06) CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

6.1. As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas no edital e na Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e 10.520/2002 quais sejam:

6.1.1. Advertência;

6.1.2. Multa:

a) 0,33% por dia de atraso, na entrega do produto ou execução do serviço/fornecimento, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;

b) 10% em caso da não entrega do produto, não execução do serviço/fornecimento ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) de até 20% calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

d) Multa 1% por dia sobre o valor total dos lotes arrematados pelos licitantes, limitado a 15%, pelo não cumprimento do prazo de assinatura do contrato, calculada pela fórmula:



$$M = 0,01 \times C \times D$$

Onde:

M = Valor da Multa,

C = Valor do contrato

D = Número de dias de atraso

6.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos, quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

- a) não celebrar o contrato no prazo de sete dias corridos, contados do recebimento da convocação;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) não manter a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) cometer fraude fiscal;
- h) por prazo indeterminado, quando a empresa receber qualquer das multas previstas e não efetuar o pagamento.

6.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas por intermédio de processo administrativo.

6.2. Na aplicação das penalidades previstas neste termo, a administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

6.3. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e implicará na aplicação de sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

6.4. Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.



07) CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO:

7.1. A rescisão do contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei Federal 8.666/93, no que couber, com aplicação do artigo 80 da mesma Lei, se for o caso.

08) CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES:

8.1. Constituem obrigações do Contratante:

8.1.1. Efetuar o Pagamento do preço previsto na cláusula segunda, nos termos deste instrumento;

8.1.2. Designar servidor para acompanhar a execução deste contrato;

8.1.3. Gerenciar o contrato até o seu vencimento, acompanhando o cumprimento de todas suas cláusulas na íntegra.

8.2. Constituem obrigações do contratado:

8.2.1. Executar o contrato nos termos aqui ajustados bem como àqueles trazidos pela Licitação que procedeu ao contrato;

8.2.2. Utilizar, na prestação dos serviços contratados, pessoal que atenda aos requisitos de qualificação necessária ao exercício das atividades que lhe for confiada;

8.2.3. Registrar as ocorrências havidas durante a execução deste Contrato, de tudo dando ciência ao Contratante, respondendo integralmente por sua omissão.

8.2.4. Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos, materiais ou pessoais causados pelo (a) contratado (a), seus empregados, ou prepostos ao Contratante, ou a terceiros.

8.2.5. Observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, fiscais, seguros e quaisquer outros não mencionados, bem como pagamento de todo e qualquer tributo que seja devido em decorrência direta ou indireta do contrato, isentando a contratante de qualquer responsabilidade.

8.2.6. Manter durante a vigência do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que procedeu ao contrato.

8.2.7. Comprometer-se a executar os serviços na data acordada, constantes da autorização de fornecimento, emitida pela Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento;

8.2.8. Executar todos os serviços de acordo com as especificações e demais elementos técnicos que integram o termo de referência, obedecendo rigorosamente as normas técnicas existentes.

8.3. Demais obrigações constantes no termo de referência.

09) CLÁUSULA NONA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

9.1. O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:



9.1.1. Unilateralmente pelo Contratante:

9.1.1.1. Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica dos seus objetivos;

9.1.1.2. Quando necessária a modificação contratual em decorrência de acréscimos ou diminuição quantitativa do seu objeto, nos limites permitidos pela Lei 8.666/93 e suas alterações.

9.1.2. Por acordo entre as partes:

9.1.2.1. Quando necessária a modificação do regime de execução dos serviços em face de verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;

9.1.2.2. Quando necessária à modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantidos o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, sem a correspondente execução dos serviços;

9.1.2.3. O Contratado se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas contratações, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

9.1.2.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão à revisão destes para mais ou para menos conforme o caso;

9.1.2.5. Em havendo alteração unilateral do Contrato que aumente os encargos do Contratado, o Contratante restabelecerá por aditamento o equilíbrio econômico financeiro inicial.

9.1.2.6. A Administração poderá conceder às empresas o reequilíbrio / realinhamento dos preços contratados.

9.1.2.6.1. O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser solicitado após o vencimento da proposta apresentada no certame licitatório, desde que ocorra um evento que afete a equação econômico-financeira do contrato, ou seja, desequilibre os mesmos.

9.1.2.6.2. Para fins de reequilíbrio econômico-financeiro a empresa deverá realizar solicitação junto à Prefeitura Municipal de Iúna, observando os critérios para análise e processamento de pedido de reequilíbrio econômico - financeiro de contrato administrativo em razão de desequilíbrios em preços regulamentada pela Portaria nº 449/2021, disponível no site oficial da Prefeitura Municipal de Iúna, conforme link a seguir: <https://iuna.es.gov.br/legislacao/detalhe/8358/portaria-449-2021.html>.

10) CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

10.1. Não poderá o Contratado ceder ou subcontratar, parcial ou totalmente o objeto deste contrato.



10.2. Fica o Contratante isento de qualquer ação civil, criminal, trabalhista, ou qualquer outra relativa ao presente Contrato, ficando o Contratado responsável por tudo o que vier a ocorrer durante o período do Contrato.

10.3. O presente Contrato será publicado, em resumo, na Imprensa Oficial, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 61, parágrafo único da Lei n.º 8.666/93, correndo a despesa por conta do contratante.

10.4. Aplica-se à execução deste termo contratual, em especial aos casos omissos, a Lei nº 10.520/02 e Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

10.5. Integra este contrato o pertinente edital de licitação e respectivos anexos, cujas disposições vinculam ambas as partes.

11) CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO:

11.1. Elegem o Foro da Comarca de Iúna - ES, para dirimir quaisquer dúvidas ou contestações oriundas deste instrumento e que não possam ser resolvidas por meios administrativos, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seu efeito legal, após lido e achado conforme.

Este contrato é integrado dos seguintes anexos:

I – Anexo 10 - A – Termo de Referência;

II – Anexo 10 – B – Preços contratados.

Iúna - ES, ____ de _____ de 2023.

CONTRATANTE

Prefeitura Municipal de Iúna

Romário Batista Vieira

Prefeito Municipal

CONTRATADO

XXXXX (Firma)

XXXXX (Representante legal)



ANEXO 10 - A TERMO DE REFERÊNCIA

1. SETOR LICITANTE

1.1. Secretaria Municipal de Educação e Esporte.

2. OBJETO

2.1. O objeto deste Termo de Referência é a contratação de pessoa jurídica no Ramo de Educação Musical para prestação de serviços na realização do projeto "OFICINAS Musical de Percussão Rudimentar, Melódica e arte Coreográfica", que desenvolverá atividades de Ensino Artístico Musical e Cultural à 50 AUNOS da Rede de Ensino de Educação do Município de Iúna-ES pelo período de 12 meses.

2.2. Contratação dos serviços para as Oficinas Musical de percussão Rudimentar, melódica e arte coreográfica consta também a inclusividade de Instrumentação própria à título de Comodata, como também os materiais pedagógicos, acessórios de Instrumentação, material para coreografia como: 20 mastros de alumínio de 1,5 metros, 10 bastões de alumínio com pontas emborrachadas para balizamento, 30 bandeiras flamuladas nas cores amarela e vermelha para anexo aos mastros, 10 airblades de fibra para manejo.

2.3. Coreográfico na cor branca medidas 1,0 m x 0,2 m, estrela airblasde de metal em forma hexagonal de 0,2mx0,5mx0,05mx0,5m, estandarte em fibra para deslocamento frontal em fibra ou em madeira aveludada, nesse caso em cores pretas, reposição de peças, material de prática coreográfica e a manutenção dos Instrumentos Sinfônicos.

2.4. Descrição do serviço e material cedido à título de comodata para as oficinas incluso com os Instrutores:

LOTE 01 (ÚNICO) – EXCLUSIVO PARA ME/EPP				
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD
01	17650	OFICINAS DE MÚSICA – ARTE E DANÇA COREOGRÁFICA - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO MUSICAL PARA MINISTRAÇÃO DE OFICINAS	MÊS	12



		DE MÚSICA (ARTE E DANÇA COREOGRÁFICA), CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA.		
02	17649	OFICINAS DE MÚSICA – PERCUSSÃO RUDIMENTAR - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO MUSICAL PARA MINISTRAÇÃO DE OFICINAS DE MÚSICA (PERCUSSÃO RUDIMENTAR), CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA.	MÊS	12

INSTRUMENTOS	UNID	QUANTIDADE
ESCALETAS SOPRANAS e ANDINAS	UNID	30
GLOKENSPIEL	UNID	25
CAIXA TENORES ARO DUPLO	UNID	10
BUMBOS MARCING	UNID	08
PRATOS MARTELADOS	PARES	04
GLOKENSPIEL SINFÔN	UNID	01
TRITON INFANTIL	UNID	02
QUINTETO	UNID	03
VIBRAFONE SINFÔNICO	UNID	01
BUMBO SINFÔNICO	UNID	01

01	UNID	ESCALETAS MELÓDICAS Semi- profissional. Com o teclado livre 32 teclas de piano, F3até C6. Com uma leve cor vermelha ou similar, instrumento também com um teclado único Características extras: capa de proteção com zíper, bico & e cabo de extensão	20
----	------	---	----



02	UNID	ESCALETAS SOPRANA Semi- profissional. Modelo SOPRANA Com o teclado livre 32 teclas alcance das altas soprano desde F3 até C6. Características extras: capa de proteção com zíper, bico & ecabo de extensão	07
----	------	--	----

02	UNID	ESCALETAS SOPRANA Semi- profissional. Modelo SOPRANA Com o teclado livre 32 teclas alcance das altas soprano desde F3 até C6. Características extras: capa de proteção com zíper, bico & ecabo de extensão	07
03	PARES	BAQUETAS De Madeira encerrada 410 mm , 17,2 Ø 410 mm grossa, B3, de cabeça de Nylon 20mm, para Tenor Drum.	150 PARES
04	PARES	BAQUETAS DE MADEIRA branca 433 mm 17,2 Ø grossa, B1, cabeça de Madeira para Caixa Tenor.	150 PARES
05	UNID	BOLSA Estojo para Maçanetas, até 10 pares de maçanetas, mais um par de bilros e 1 par de vassouras. Bandoleira para transporte tipo mãos - livres. Formato redondo para evitar o rolamento no interior do furgão.	06
06	UNID	CAIXA COMPACTA Aro Duplo, na cor preta, Tamanho 14" Concha Reduzida em madeira com revestimento na cor desejada, Aro Die-Cast, Aro em liga de alumínio, (colete) em alumínio super leve tipo armadura com revestimento interno emborrachado, Pele de alta tensão em Kevlar. Acompanhados de suporte de alumínio com tripé emborrachados.	04



07	UNID	<p>CAIXA TENOR ARO DUPLO</p> <p>TAMBOR (CORPO) confeccionado de Lyptus, (Eucalipto alterado geneticamente, com densidade 50% superior ao eucalipto natural, resultando em excelente projeção sonora de timbre médio- grave) totalizando 8 mm de espessura após finíssimo lixamento. A borda do tambor tem superfície uniforme em 45º cuidadosamente lixada, assegurando excelente projeção sonora. Na cor titânio, com a pele personalizada com os dizeres "COMUTI".</p> <p>A1-Face interna: Parede uniforme com finíssimo lixamento e impermeabilização,.A2-Face externa: Revestido com lâmina resinada escovada nas cores: laqueado finíssimo e processos de laqueação. B-Sistema de afinação: B1- 12 AFINAÇÕES individuais superiores e 12 afinações individuais inferiores interligados por longarina de alumínio e porcas de aço B2- Parafusos de afinação: São confeccionados em aço e cromados, nas medidas e formato do padrão universal de baterias e instrumentos de percussão marciais profissionais (cabeça quadrada e rosca 7/32"). B3-Aros: 2 aros na parte superior, sistema conhecido como "aro duplo" e 1 aro na parte inferior. Esses aros são fabricados em alumínio (liga especial de engenharia) e torneados para suportar com precisão, resistência e segurança as altas afinações exigidas desse modelo de caixa. A superfície dos aros tem acabamento eletrostático de poliéster cor titânio. C-Sistema de automático: Na pele resposta, com dupla regulagem e acionamento, feito de zamak e aço com encaixes e deslizamentos suaves e precisos. Esteira feita com "16" fios de nylon, com afinação sensitiva individual. D-Medidas e informações complementares: (profundidade e diâmetro em polegada, espessura em milímetro) diâmetro 14 profundidade 12" espessura 8mm, quantidade de afinações 12,E-PELES:E-1:BATEDEIRA, especial de duplo filme de poliéster e manta de Kevlarultra resistentes para suportar as afinações da caixa de alta tensão.E-2:RESPOSTA: Feitas de filme de poliéster cristal com 75 micros de espessura- Colete ou Carrier: Feito com perfis de alumínio (liga de engenharia), com acabamento em pintura eletrostática (resina epóxi) e revestido com borracha sintética (EVA) com 10 mm. de espessura nas</p>	06
----	------	--	----



		ombreiras e apoio abdominal, assegurando conforto no contato com o corpo do músico. Regulagem de altura e inclinação das ombreiras. As ombreiras têm regulagem livre de abertura (inclinação), tripla regulagem de altura, se adequando desde o pré-adolescente até o adulto de alta estatura. Os sistemas de fixação contam com encaixe preciso e aperto rápido, proporcionando segurança e tranquilidade no desempenho em desfiles e apresentações. Acompanhados ambos de BAG com zíper e almofadas para evitar atrito com mecanismos (solo e etc).	
08	PARES	MAÇANETAS. Tipo baqueta, para vibrafone, importada, para uso geral para providenciar uma sonoridade rica e cheia em qualquer tecla, numa extremidade possui ponta de madeira para percutir caixas, tons, surdos e na outra extremidade possui bola de borracha, 406 mm de comprimento x 14,6mm de diâmetro.	50
09	UNID	BAQUETAS PARA LIRA. Cabo de ABS, cabeça de nylon levemente mais densa que a de polipropileno.	50
10	UNID	GLOCKENSPIEL DE MARCHA.30 Teclas em Alumínio, 2 1/2 de Oitavas G5 - C8, Afinação A = 442 HZ Carrier em Alumínio Leve (tipo armadura) Estrutura em Alumínio em Pó Revestido, Par de Baquetas com Cabo em Abs e Ponta em Polipropileno, acompanhados de case ou Bag para seu armazenamento.	25
11	UNID	TALABARTES PARA LIRA. Em couro, com costuras reforçadas, com copinho em alumínio para encaixe da lira também de boa qualidade para se evitar o rompimento da costura e seus parafusos.	100
12	UNID	ESTANTE/SUPORTE Estante para caixa tenor 14"x12" de alumínio, tripés com pés emborrachados, acompanhados ambos de Bag para armazenamento.	06



13	UNID	ESTANTE/SUPORTE Estante para tenor Drum de alumínio, tripé com os pés emborrachados, acompanhados ambos de Bag para armazenamento.	06
14	UNID	ESCALETA ANDINA. 25 teclas de piano, Composição /Material do corpo: Polietileno, Afinação: C Nível: profissional com capa de proteção com zipper, bico e cabo de extensão.	03
15	UNID	BUMBO. Fuste Madeira marfim Laminada c/ reforço 8 mm c/ fórmica preta , 26" x 14 ", GESS/ Anel Interno, com 8 feltros distribuídos entre o anel e a pele Parafusos Cromados medida universal Canoas Alumínio Extrudado (maciço) Modelo Tubular, Aros Madeira Laminada c/ fórmica, Garras Aço, com engate para carrier, acompanhados com Carrier Alumínio Naval Curvas c/ 3 regulagens de altura _ regulagem de inclinação e abertura Eixo central tipo canaleta, em aço c/ 5 regulagens de altura com Barrigueira e Curvas com forração de EVA 10mm com as regulagens com borboleta de aperto (não necessita chaves), acompanhados de (02) dois pares de maçanetas em Alumínio preto 350 mm empunhadura ABS Flexível Feltro 50 X 40 e acompanhados de capa para armazenamento.	05
16	UNID	BUMBO. Fuste Madeira Laminada c/ reforço 8 mm c/ fórmica preta , 20" x 14", Pele GESS/ Anel Interno, com 8 feltros distribuídos entre o anel e a pele Parafusos Cromados medida universal Canoas Alumínio Extrudado (maciço) Modelo Tubular, Aros Madeira Laminada c/ fórmica, Garras Aço, com engate para carrier, acompanhados com Carrier Alumínio Naval Curvas c/ 3 regulagens de altura _ regulagem de inclinação e abertura Eixo central tipo canaleta, em aço c/ 5 regulagens de altura com Barrigueira e Curvas com forração de EVA 10mm com as regulagens com borboleta de aperto (não necessita chaves), acompanhados de (02) dois pares de maçanetas em Alumínio preto 350 mm empunhadura ABS Flexível Feltro 50 X 40 e acompanhados de capa para armazenamento.	02



17	UNID	BUMBO SINFÔNICO – Aro em madeira ou alumínio, Canoas com afinação dupla independente cromado, Parafusos borboleta em metal cromado, Garras em metal cromado, Em madeira Nas espessura 10 e 13mm Madeira encerada Pintura em poliéster, Tubo do suporte do anel flutuante em aço ou alumínio , com acabamento pintado ou cromado, Base em aço ou alumínio fundido, Regulagem de ângulo, Regulagem de altura, Rodízio duplo freio anti-impacto;	01
18	UNID	BUMBO. Fuste Madeira de marfim Laminada c/ reforço 8 mm c/ fórmica preta , 16" x 14 ", Pele GESS/ Anel Interno, com 8 feltros distribuídos entre o anel e a pele Parafusos Cromados medida universal Canoas Alumínio Extrudado (maciço) Modelo Tubular, Aros Madeira Laminada c/ fórmica, Garras Aço, com engate para carrier, acompanhados com Carrier Alumínio Naval Curvas c/ 3 regulagens de altura _ regulagem de inclinação e abertura Eixo central tipo canaleta, em aço c/ 5 regulagens de altura com Barrigueira e Curvas com forração de EVA 10mm com as regulagens com borboleta de aperto (não necessita chaves), acompanhados de dois (02) pares de maçanetas em Alumínio preto 350 mm empunhadura ABS Flexível Feltro 40 X 30' 20" e acompanhado de case para armazenamento.	03
19	PARES	PRATOS. De Bronze 18", pratos desenvolvidos especialmente para fanfarras. Com um bom corte e revestimento em latão, som mais agudo e com boa qualidade. Usinados e martelados manualmente, com equilíbrio e riqueza de frequências, com o som mais consistente e com muito volume, martelado para fanfarra, medidas 18", com correia de couro marrom, ambos acompanhados de bolsas de couro ou similar para armazenamento.	04
		GLOKENSPIEL SINFÔNICO Produzido com material de puro aço tratamento em alto carbono, processado para um tom puro, brilhante, e um sistema de cabo de suspensão para aumentar a sustentar e maximizar a ressonância. Com	



20	UNID	sistema de amortecimento de pedal e estrutura embutida com regulagem de altura por sistema de suporte de mola a gás. Com tamanho de 106 cm, com peso de 36 kg, Barras de 9 milímetros de espessura 32,5 milímetros largura, Aço carbonado de alta mTubos com acabamento em bronze. Teclas douradas. Com finaço dupla com Teclado destacável. Com Rodas de banda larga com dupla frenagem com acabamento douradas. Desmontável. Capa em matelassê, para a sua cobertura geral. Com ajuste de altura do sistema de suporte de molas a gás de Ajuste, e com Faixa 3 1/2 oitavas e com Afastamento A442Hz (23°C), acompanhado com dois (02) pares de Baquetas.	01
21	UNID	VIBRAFONE SINFÔNICO Produzido com material de puro aço tratamento em alto carbono, processado para um tom puro, brilhante, e um sistema de cabo de suspensão para aumentar a sustentar e maximizar a ressonância. Com sistema de amortecimento de pedal e estrutura embutida com regulagem de altura por sistema de suporte de mola a gás. Com tamanho de 85 cm, com peso de 12 kg, Barras de 7 milímetros de espessura 18,5 milímetros largura, Aço carbonado de alta mTubos com acabamento em bronze -Teclas douradas. Com finaço dupla com Teclado destacável. Com Rodas de banda larga com dupla frenagem com acabamento douradas. Desmontável. Capa em matelassê, para a sua cobertura geral.	01
22	UNID	TRITON MARCHA INFANTII Em madeira, afinação 6"-8"-10"-Aro: Chapa Preto, cabamento: Fórmica, acompanhado de colete	02
23	UNID	QUINTETO Em madeira, afinação 6"-8"-10"-12"-13"Aro: Chapa Preto, cabamento: Fórmica, acompanhado de colete	03



24	xx	MATÉRIAI COREOGRAFICO 20 mastros de alumínio de 1,5 metros, 10 bastões de alumínio com pontas emborrachadas para balizamento, 30 bandeiras flamuladas nas cores amarela e vermelha para anexo aos mastros, 10 , 12 airblades de fibra para manejo coreográfico na cor branca medidas 1,0 m x 0,2 m, 08 estrela airblade de metal em forma hexagonal de 0,2mx0,5mx,05mx0,5 m, 01 estandarte em fibra para deslocamento frontal m fibra ou em madeira aveludada.	xx
----	----	--	-----------

3. JUSTIFICATIVA

Iúna-ES, município localizado na região do Caparaó, possui várias comunidades que apresentam grande situação de vulnerabilidade social, revelando problemas relacionados a falta de infraestrutura habitacional e empregatício, baixo poder aquisitivo, baixo grau de escolaridade, alto índice de desemprego e falta de organização comunitária, que acarretam em situações agravantes de alcoolismo, desemprego, evasão escolar, aproximação das drogas e a violência.

Nesse sentido, observamos, que a secretaria de Educação de Iúna, vem promovendo o Programa com Oficinas de Percussão Rudimentar e Arte Coreográfica, dando aos seus inseridos a flexibilização do tempo entre a Escola e as Oficinas supracitadas. Assim com o intuito de agregar aos inseridos, uma programação extracurricular rica culturalmente, e de uma maior interação entre os seus inseridos. Sendo assim, a Secretaria Municipal de Educação de Iúna, vê a necessidade de inclusão de Oficina de Música (Percussão Rudimentar Lúdica e arte Coreográfica), que atenderá os alunos da Rede de Ensino de Educação desta Municipalidade, dando a possibilidade aos alunos de terem contato com a música e a arte da dança, e ao mesmo tempo, estimulando os mesmos a participação atuante na Escola.

O estudo da música valoriza o trabalho em equipe. Para que um projeto Musical, Banda ou Orquestra obtenha sucesso, todos os seus elementos têm que trabalhar em conjunto harmoniosamente com um único objetivo, com desempenho, comprometendo-se a aprender a música, participando dos ensaios, e praticar música em conjunto. O estudo da música também encoraja a autodisciplina e a diligência, características que se repercutirão nas atividades intelectuais sob forma de estudo efetiva e hábitos de trabalho. Praticar música promove a expressão pessoal e proporciona autogratisficação ao mesmo tempo em que dá prazer aos outros.



4. OBJETIVOS A SEREM ALCANÇADOS

4.1. Objetivo Geral: Objetiva-se fortalecer os vínculos sociais além de promover o desenvolvimento dos inseridos em situação de vulnerabilidade educacional e social usando a música como agente transformador.

4.2. Objetivos Específicos:

- Desenvolver a capacidade de convivência em grupo, fortalecer os vínculos sociais, tendo a música como um instrumento de promoção de suas capacidades em todas as áreas de sua vida;
- Fazer com que o aluno esteja suprido de técnica e musical, de modo a ter em seu repertório um conjunto de peças musicais suficientes para a apresentação, podendo apresentar-se como solista e ou em grupo.
- Fornecer ao aluno os recursos técnicos (práticos e teóricos) que são utilizados para execução e interpretação do repertório popular.
- Viabilizar aos integrantes iniciantes o primeiro contato com om instrumento e sua prática, sendo incentivado a descobrir pela experimentação, de maneira lúdica e didática, as possibilidades sonoras e as demandas técnicas de percussão básica;
- Proporcionar aos alunos intermediários a exploração dos aspectos técnicos diversos, pertinentes às características do instrumento, para dele tirar o melhor proveito através da diversidade de estilos. Neste estágio, procuramos desenvolver no aluno várias opções na escolha de repertório.
- Proporcionar aos alunos que apresentarem conhecimento avançado adquiridos nas oficinas, o desenvolvimento de linguagens contemporâneas (tablatura e partitura), utilizadas para o registro e a transmissão dos conhecimentos técnicos e teóricos pertinentes ao instrumento empregado, bem como suas possíveis relações e interações com outros instrumentos, seja no cenário popular ou erudito.



5. ESTRATÉGIAS DE FORNECIMENTO/PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

As aulas das Oficinas gerais: deverão ocorrer duas (02) vezes por semana. Sendo no Horário Noturno, diurnos conforme a disponibilidade de tempo dos inseridos em horários compreendidos (19:30 horas às 21:30 horas), e diurnos aos sábados e feriados (09:00 horas às 11:00 horas). Podendo ser executada duas turmas, obedecendo a divisão entre a Oficina de Música Rudimentar e a Oficina de Arte Coreográfica.

As Oficinas de Música: percussão Rudimentar e musical teórica deverão ocorrer na Sede dos colégios da rede de ensino municipal de educação de Iúna-ES. Ficando à Critério da Secretaria Municipal de Educação de Iúna, objetivar os horários em melhor atendimento aos inseridos. Sendo que na totalidade de horas de atividades a executar deverá obedecer 16 horas/mensais; ou seja cada Oficina de duas horas diárias, quatro horas semanais, perfazendo na sua totalidade 16 horas mensais.

Que para atender melhor o programa projeto, as oficinas acontecerão em acordo entre a empresa e a contratante, porém a Secretaria Municipal de Educação de Iúna, deverá fiscalizar os dias de oficinas, para melhor interação entre os inseridos e ampliação do corpo musical.

O (projeto Musical formado) poderá participar de eventos, tais como, Campeonatos, Concursos, Encontro de Bandas, Apresentação Solo e Desfiles, que poderão acarretar aumento de horas/aulas trabalhadas devido aos ensaios extras com finalidade de preparar os grupos para tais eventos. Entretanto, a participação a estes eventos, ficará condicionada a autorização prévia do gestor da pasta para a realização das atividades (ensaios) extras.

Ressalta-se que a empresa não poderá cobrar como hora/aula ministrada o período em que estiver acompanhando os alunos em eventos conforme descrito no parágrafo acima. Que em caso se apresentações de interesse da municipalidade, a empresa deverá ser notificada no mínimo de 15 dias para preparação da referida apresentação; no caso, de não ser notificada a tempo (12 dias) para tais apresentações, ficará à cargo da Empresa promover a apresentação:

PERCUSSÃO RUDIMENTAR	ARTE, DANÇA COREOGRÁFICA
-----------------------------	---------------------------------



Professor na área segundo habilitação técnica na área musical para ministrar aulas e mastrar o corpo musical.	Instrutor na área segundo habilitação técnica na área Coreográfica, na preparação do corpo Coreográfico, Linha de Frente da Fanfarra
---	--

5.1. A grade pedagógica será atendida das seguintes maneiras:

5.1.1. Grade Pedagógica a ser desenvolvida com os alunos Iniciantes MUSICALIZAÇÃO INFANTIL – MÓDULOS I, II E III (Percussão Rudimentar: Xilofone e metalofone)

EMENTA: Proporcionar o início do estudo de música de maneira a atender demandas afetivas, conceituais e de criatividade, visando desenvolver conceitos básicos relacionados aos parâmetros do som (frequência, intensidade, tempo e timbre), bem como parâmetros básicos da música (melodia, duração, ritmo, afinação, acentos, forte, fraco, dinâmica, textura, harmonia, tessitura, forma, gêneros, leitura de tipogramas e figuras geométricas, clave de sol, etc).

Além de atender a uma parte teórica básica, o processo deve desenvolver habilidades psicomotoras por meio de dinâmicas e de atividades lúdicas, contendo vivências em grupo, sensibilizando a percepção e acolhendo a criatividade. Desenvolver atividades em turmas extras conforme demanda.

Programa de Curso (conceitos e vivências):

Parâmetros do som: 1. Timbre: reconhecimento de sons e instrumento; conceitos básicos de textura e combinação de sons; 2. Frequência: grave, médio e agudo; melodias; vivências com jogos e exemplificações; 3. Intensidade: forte, fraco; silêncio e ruído; vivências com jogos e exemplificações; Desenvolver os conhecimentos teóricos gradativamente, com o objetivo de que se alcance maior autoconfiança dos alunos e que dessa forma os conhecimentos de teoria, leitura e grafia sejam exercitados musicalmente ao final do nível VI, tendo o aluno condições de aprender novos ritmos, criar pequenas composições, ler partituras com mais segurança e tocar pequenos arranjos com os instrumentos que foram escolhidos no final do nível IV. Desenvolver atividades em turmas extras conforme demanda.

Programa de Curso:

MÓDULO I : Altura: vivência corporal, vocal e instrumental de glissandos, ascendentes e



descendentes nos registros grave, médio e agudo; verbalização e grafia proporcional; vivência dos sons da escala maior. Percepção de escalas ascendentes e descendentes; . Duração: vivência dos modos rítmicos (pulso, apoio, divisão, subdivisão da pulsação e ritmo real); percepção do som e do silêncio como matérias primas para o fazer musical; vivência não medida de sons curtos e longos; descoberta de grafia.

MÓDULO II proporcional; percepção deste parâmetro em canções variadas; percepção de silêncios curtos e longos; percepção medida de sons curtos e longos (sons) que preenchem uma pulsação, duas, três...); apresentação das figuras musicais correspondentes aos sons medidos (semínima, mínima, mínima pontuada, semibreve, duas colcheias e quatro semicolcheias); 3. Timbre: MÓDULO III conhecimento dos timbres dos instrumentos de uma orquestra e outros instrumentos correspondentes a outras formações; apreciação de obras significativas na história da música;. Forma musical: A A'; A B; A B A; percepção mediada por meio de canções e peças significativas;

NÍVEL V: 1. Altura: vivência e percepção de arpejos e pentacordes maiores e menores (aproximação dos planos de altura); grafia proporcional e tradicional; 2. Duração (ritmo): aprendizagem das células rítmicas colcheia pontuada e semicolcheia e quáteras de três colcheias;

Programa de Curso: Instrumentação

Módulo I – Posição das notas no xilofone(Lira) ou Escaletas; leitura Rítmica e melódica; pulso e subdivisões.

Módulo II – Continuação e aprimoramento das atividades do módulo I; caixa tenor:

Módulo III – Posição das notas no METALOFONE (Lira)

Módulo IV – Continuação e aprimoramento das atividades do módulo II; Bumbo.

Módulo V – Posição das notas na ESCALETAS, LIRAS

Atividades coletivas / grupo de percussão – Repertório em grupo: Orquestral; duos/trios de caixas; caixas em uníssono, triangulo, bumbo e pratos de ataque; caixa, bumbo, pratos e triângulos; tímpanos, caixa, bumbo, pratos, triângulos e acessórios básicos. Repertório em grupo: Popular.



6. DAS OBRIGAÇÕES:

6.1. Pertinentes ao objeto da contratação

6.1.1. Do Contratante: Secretaria Municipal de Educação de Iúna –ES.

6.1.1.1. Ficará com a obrigação de dispor de local para a realizações das oficinas, e quando necessário, efetuar compra de instrumentos, material lúdico e uniforme, dentro da disponibilidade de dotação orçamentária. É, ainda, de responsabilidade da contratante dispor de transporte, sempre que necessário, e alimentação dos alunos nas Oficinas e ensaios gerais.

6.1.2. Da Contratada

6.1.2.1. Ministrará as Oficinas teóricas e prática Instrumental, Manejo Instrumental, responsabilizar pela afinação gradual das Marimbas, Escaletas, Glockenspiel, Caixa em Concha tenores, Tenores Drums, tais atividades, acompanhando o regime de normas de horários da Secretaria Municipal de Educação: efetuando relatórios de atividades realizadas mensalmente para Gestão (Secretaria Municipal de Educação de Iúna –ES).

A contratada deverá apresentar após ordem de fornecimento a instrumentação e acessórios descritos na tabela acima, e que os referidos materiais deverão ficar a disposição do projeto e alocados em local designado pela Secretaria Municipal de Educação de Iúna-ES.

7. GESTÃO DO CONTRATO

7.1. A Gestão do Contrato oriundo do presente processo será de responsabilidade de Vinício Rodrigues Lobato, Secretário Municipal de Gestão, Planejamento e Finanças.

8. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO



8.1. A execução deste instrumento será acompanhada e fiscalizada por servidor previamente designado pela Administração, que realizará o controle contínuo, de forma digital, dos serviços realizados, além de todas as ocorrências relacionadas com a execução do presente, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e deverá atestar a execução do objeto, observadas as disposições do contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento. O agente fiscalizador do contratante será o Sr/Sra XXXX, matrícula nº XXXX, nomeado por Portaria subscrita pelo Gabinete do Prefeito.

8.2. O controle digital citado no item 8.1, será realizado em aplicativo específico, que será fornecido de forma gratuita pela administração.

8.2.1. A empresa contratada deverá informar um preposto, que receberá treinamento para utilização do aplicativo, que será realizado pela Secretaria de Planejamento.

8.3. O uso do aplicativo, será obrigatório para contratos de aquisição de materiais de construção, obras e de prestação de serviços de qualquer natureza e caberá a empresa a inserção de dados no aplicativo;

8.3.1. Para os casos de aquisição de mercadorias e produtos, o uso do aplicativo será inserido de forma progressiva, mediante demanda do Setor de Planejamento, a critério da Administração Municipal.

8.4. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor por qualquer irregularidade.

9. SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não poderá o Contratado ceder ou subcontratar, parcial ou totalmente o objeto do Contrato.

10. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

10.1. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA/ES

10.1.1. Fornecer à CONTRATADA as informações e documentações indispensáveis à execução do objeto contratado;



10.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto contratual entregue em desacordo com o previsto no Contrato, justificando as razões da recusa;

10.1.3. Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe prazo, para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do objeto;

10.1.4. Efetuar os pagamentos nas condições pactuadas no Contrato;

10.1.5. Permitir ao pessoal técnico da CONTRATADA, devidamente identificado, livre acesso aos locais destinados à execução do objeto contratual;

10.1.6. Cumprir, de forma a não retardar os prazos da CONTRATADA, suas obrigações contratuais que constituam pré-requisitos para que a mesma cumpra suas próprias obrigações;

10.1.7. Designar servidores para acompanharem a execução do Contrato;

10.1.8. Gerenciar o Contrato até o seu vencimento, acompanhando o cumprimento de todas suas cláusulas na íntegra.

10.2. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.2.1. Executar o objeto contratual, nos prazos estipulados e de acordo com as especificações e condições previstas no Contrato;

10.2.2. Refazer, às suas expensas, o objeto contratual executado em desacordo com estabelecido no Contrato;

10.2.3. Realizar as atividades necessárias à execução do objeto do contrato;

10.2.4. Comunicar imediatamente a ocorrência de fato alheio à execução do objeto contratual que afete o cumprimento das obrigações;



10.2.5. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Gestão/Fiscalização durante a vigência do Contrato e, no caso de reclamações, responder a elas no prazo determinado;

10.2.6. Indicar ao Gestor contratual, no ato da assinatura do contrato e sempre que ocorrer alteração, um preposto para representá-la perante a Prefeitura Municipal de Iúna/ES, informando endereço, telefone e e-mail, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;

10.2.7. Indenizar terceiros e/ou a Prefeitura Municipal de Iúna/ES por todo e qualquer dano decorrente direta ou indiretamente da execução do Contrato, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos;

10.2.8. Para garantia do ressarcimento do dano, total ou parcial, tem a Prefeitura Municipal de Iúna/ES direito de retenção sobre o pagamento devido à CONTRATADA;

10.2.9. Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação pátria vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como por taxas, impostos, frete, embalagens e outras obrigações que incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto ora contratado;

10.2.10. Manter, durante a vigência do Contrato, de acordo com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.2.11. Cumprir o disposto no art. 27, inciso V, da Lei Federal n.º 8.666/93;

10.2.12. Fornecer os produtos registrados/contratados na forma prevista do Contrato;

10.2.13. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo Setor responsável pelo recebimento e fiscalização;

10.2.14. Comprometer-se a executar os serviços na data acordada, constantes da Autorização de Fornecimento, emitida pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Iúna/ES.

11. CONDIÇÕES E PRAZO DE PAGAMENTO



11.1. DO PAGAMENTO

11.1.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Prefeitura Municipal de Iúna, a nota fiscal, contendo discriminação clara e precisa do objeto contratado e seus elementos característicos, como identificação do item, especificação, quantidade e preços unitário e total;

11.1.2. O pagamento será depositado na conta bancária da CONTRATADA, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste dos fiscais de contratos da Prefeitura Municipal de Iúna/ES;

11.1.3. A Prefeitura Municipal de Iúna/ES, identificando qualquer divergência na nota fiscal, esta será devolvida à CONTRATADA para a devida regularização;

11.1.4. A devolução da Nota Fiscal não aprovada pela Prefeitura Municipal de Iúna/ES, em nenhuma hipótese servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a prestação dos serviços ou deixe de prestar o atendimento necessário;

11.1.5. A prefeitura Municipal de Iúna/ES se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos da CONTRATADA, inclusive os relacionados a multas, danos e prejuízos contra terceiros;

11.1.6. Nenhum pagamento será efetuado estando pendente de liquidação qualquer obrigação da CONTRATADA;

11.1.7. Somente será pago o objeto contratual efetivamente prestado e de acordo com as especificações que integram o Contrato;

11.1.8. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal.

11.1.9. Como condição para realização do pagamento a contratada deverá emitir NFe (Nota Fiscal eletrônica), bem como prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, FGTS e Justiça do Trabalho.

11.1.10. Apresentar ainda, declaração informando que todos possuem CTPS devidamente assinada, juntamente com relação dos funcionários vinculados ao contrato, com comprovação de recolhimento dos encargos, como GFIP e/ou SEFIP.



12. SANÇÕES E PENALIDADES

12.1. Vide item e seus subitens relacionados às sanções e as penalidades no contrato.

12.2. Qualquer interrupção ou atraso, que seja dada causa pela ação ou omissão da CONTRATADA ou de seus prepostos, dará margem às penalidades, que serão descontadas no pagamento através do Anexo I – MODELO DE RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO e penalidade através do Anexo II – MODELO DE NOTIFICAÇÃO.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Fica a Prefeitura Municipal de Iúna/ES isenta de qualquer ação civil, criminal, trabalhista, ou qualquer outra relativa ao Contrato, ficando o Contratado responsável por tudo o que vier a ocorrer durante o período do Contrato;

13.2. O Contrato será publicado, em resumo, na Imprensa Oficial, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 61, parágrafo único da Lei n.º 8.666/93, correndo a despesa por conta da Prefeitura Municipal de Iúna/ES;

13.3. Aplica-se à execução do termo contratual, em especial aos casos omissos, a Lei nº 10.520/02 e Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores;

13.4. A Prefeitura Municipal de Iúna/ES dispõe de noventa (90) dias, contados da data do Pregão, para convocar o licitante vencedor para assinar o contrato, sendo esse o prazo mínimo de validade da proposta;

13.5. A contratada terá um prazo máximo de 07 (sete) dias para assinatura e devolução do Contrato, contados da data de recebimento deste por e-mail ou qualquer outro meio;

13.6. Os preços contratados vincularão os respectivos proponentes enquanto viger o Contrato;



13.7. Os preços ofertados pelas contratadas deverão estar inclusos todos os custos inerentes à contratação, dentre eles os encargos sociais, impostos, taxas, seguros entre outros, e que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todos os serviços, não podendo posteriormente reivindicar nenhum tipo de pagamento extra.

14. FORMA DE ADJUDICAÇÃO/JULGAMENTO DO OBJETO

14.1. Foi considerada vencedora a proposta que, atendidas as especificações contidas no Edital e seus anexos, apresentou o menor preço global do lote.

15. ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

15.1. São partes integrantes deste Termo de Referência os seguintes Anexos:

15.1.1. Anexo I – MODELO DE RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO;

15.1.2. Anexo II – MODELO DE NOTIFICAÇÃO.



TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

MODELO DE RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO



RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

Empresa:	[razão social]
Processo nº:	xxxx/xxxx
Licitação nº:	Pregão Presencial nº [n]/xxxx
Contrato nº:	[n]/xxxx
Vigência do Contrato:	[data inicial] a [data final]

Nós, **[nome fiscal 1], [nome fiscal 2] e [nome fiscal 3]**

fiscais do contrato informado acima, declaramos que o(s) objeto(s) foram recebidos e homologados pelos fiscais em conjunto com o gestor do contrato, informamos ainda que todos os requisitos do edital referente a esta contratação foram cumpridos e que a aceitação do objeto está ratificada.

Local de Entrega:
[citar os locais onde os produtos foram entregues]

Os seguintes produtos foram entregues e homologados:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE

Nº da(s) Nota(s) Fiscal(is):
[n] (R\$ [valor]).

Outras informações que comprovem a entrega ou prestação dos serviços:
[opcional]

Declaro, sob as penas da lei, que as informações acima são verdadeiras.
Iúna/ES, [dia] de [mês] de [ano].

[nome fiscal 1]
Matricula nº: [n]
Fiscal do Contrato

[nome fiscal 2]
Matricula nº: [n]
Fiscal do Contrato

[nome fiscal 3]
Matricula nº: [n]
Fiscal do Contrato

[gestor do contrato]
Matricula nº: [n]
Secretário de XXXX

(*). Trata-se de um modelo de referência, podendo ser aperfeiçoado durante a execução contratual.



TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II

MODELO NOTIFICAÇÃO



NOTIFICAÇÃO

Empresa:	[razão social]
Responsável:	[nome do responsável pela empresa]
Processo nº:	00XXX/20XX
Licitação nº:	Pregão Presencial nº [n]/20XX
Contrato nº:	[n]/20XX
Vigência do Contrato:	[data inicial] a [data final]

1ª VIA
RECEBIDO EM

Sr. Responsável pela empresa citada,

Relato a Vossa Senhoria que por ocasião do acompanhamento do contrato referido acima, esta administração se deparou com as seguintes situações:

3. [descrição de suposta irregularidade];
4. [idem];

Ante a possibilidade de tais eventos, se confirmados, terem o condão de, em tese, configurar infrações contratuais e, conseqüentemente, levarem à aplicação de penalidades, confere-se ao Senhor o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento deste, para o exercício de seu direito de manifestação e defesa, o que deve ser feito por escrito e protocolado na Sede da Prefeitura.

Também confiro a Vossa Senhoria a oportunidade de se pronunciar acerca do intuito administrativo de rescindir o contrato, em vista das frequentes dificuldades em sua execução.

Os autos do processo em que formalizada a contratação estão à disposição de Vossa Senhoria para extração de cópias e exame.

Atenciosamente,

Iúna/ES, [dia] de [mês] de [ano].

[nome do fiscal]

Fiscal do Contrato _____



ANEXO 10 – B
PREÇOS CONTRATADOS

LOTE	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	UNT	TOTAL